



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

MARIANA SOARES GAMA DE AMORIM

**POR OUTROS MEDIEVOS: PERCURSOS E POSSIBILIDADES PARA ABORDAR A
IDADE MÉDIA ATRAVÉS DE PERSPECTIVAS ANTIEUROCÊNTRICAS**

Recife

2023

MARIANA SOARES GAMA DE AMORIM

**POR OUTROS MEDIEVOS: PERCURSOS E POSSIBILIDADES PARA ABORDAR A
IDADE MÉDIA ATRAVÉS DE PERSPECTIVAS ANTIEUROCÊNTRICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado à
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), como
requisito parcial para a obtenção do título de bacharela em
História

Orientador: Prof. Dr Bruno Uchoa Borgongino

Recife

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Amorim, Mariana Soares Gama de.

Por outros Medievos: percursos e possibilidades para abordar a Idade Média através de perspectivas antieurocêtricas / Mariana Soares Gama de Amorim. - Recife, 2023.

59 p.

Orientador(a): Bruno Uchoa Borgongino

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Bacharelado, 2023.

Inclui referências.

1. História Medieval. 2. Antieurocentrismo. 3. Estudos Pós Coloniais. 4. Estudos Subalternos. 5. Estudos Decoloniais. I. Borgongino, Bruno Uchoa. (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

MARIANA SOARES GAMA DE AMORIM

**POR OUTROS MEDIEVOS: PERCURSOS E POSSIBILIDADES PARA ABORDAR A
IDADE MÉDIA ATRAVÉS DE PERSPECTIVAS ANTIEUROCÊNTRICAS**

Aprovada em _/_/_

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr Bruno Uchoa Borgongino

Universidade Federal de Pernambuco

Prof Dr. Felipe Augusto Ribeiro

Universidade Federal de Pernambuco

Prof. M.Sc. Bianca Cruz dos Anjos

Faculdade Novo Horizonte

DEDICATÓRIA

Esse trabalho é dedicado à minha mãe de carne e osso, minha mainha, Lidiane Silva.

Mainha foi minha primeira casa, primeira referência de mundo, a primeira a valorizar minhas ideias, me dar voz e ressaltar meu potencial; foi e é a maior impulsionadora dos meus sonhos. Com ela aprendi a andar, falar, ler, escrever, aprendi sobre afeto, amor, escuta e respeito. É pra quem sempre corro no desespero, nas agonias e nas felicidades também. Mainha sempre foi minha corda no escuro, meu porto seguro e o lugar pra onde volto quando quero lembrar quem fui, quem sou e o que quero ser.

De mainha, eu herdei o vício por café, o gosto por música, poesia, praia e girassóis. Aprendi com ela que devo sempre levar em conta minhas intuições e que não devo endurecer meu olhar, porque é o que tenho de mais precioso. Mainha vive dizendo que temos personalidades opostas, mas eu consigo ver muito dela em mim e me orgulho por isso. Aprendo diariamente com seu exemplo de coragem, determinação, força e brabeza (rsrs).

Olhando para minha trajetória como estudante, mainha é a figura que mais esteve presente em todos os momentos, direta ou indiretamente, e eu não teria chegado à universidade pública sem o seu suporte. Lembro das muitas conversas em que mainha ressaltava o quanto era importante estudar e foi ela a pessoa em quem mais me espelhei pra isso, durante toda a vida. Lembro de querer ter uma caligrafia igual a dela, falar bem como ela fala e fazer tudo com a mesma disciplina e empenho que ela faz.

Quando comecei minha vida escolar, mainha passou todas as tardes da minha infância me estimulando a gostar de ler, escrever e a fazer tudo da melhor forma possível. Lembro das noites que viramos juntas estudando matemática, fazendo um trabalho muito longo ou difícil e no fim tomar nosso cafezinho para dormir juntas. Lembro do carinho que ela fazia nos meus ombros todos os dias quando ia me acordar para a escola, do penteado que fazia no meu cabelo e de se despedir dizendo: “tudo que merece ser feito, merece ser bem feito”. Lembro dela me dizer que não importava tirar 7 ou 10 numa prova, porque o importante era aprender de fato o que estudei e como eu poderia melhorar com isso.

Lembro de quando, aos 10 anos, ganhei bolsa numa escola melhor do que a que sempre estudei, mas em uma cidade diferente da que a gente morava, e ela decidiu que eu não podia perder a oportunidade. Daí pra frente, passamos a acordar todos os dias às 3h40 da manhã para garantir que eu chegaria na hora. Essa foi uma das épocas mais difíceis das nossas vidas, em que a vi anular muito de si por mim e pelo meu irmão. Pude acompanhar de

perto sua tripla jornada fazendo faculdade, cuidando de dois filhos pequenos e dando conta de afazeres domésticos.

Mainha foi uma das poucas pessoas a me apoiar quando decidi ser historiadora, vibrou comigo quando fui aprovada no vestibular, esteve presente em todos os momentos difíceis e felizes da graduação. Me acompanhou em muitas das noites que fiquei em claro fazendo um trabalho ou lendo algum texto muito difícil. E agora, já no fim, esteve comigo durante todo o processo de escrita dessa pesquisa, me deu colo todas as vezes que insisti em me sabotar ou desacreditar de mim.

Poderia elencar muitos dos momentos marcantes da minha vida como estudante, e ainda assim não seriam suficientes pra expressar o quanto sou grata a ela por tudo feito até aqui. Toda minha luta em vida tem o intuito de me tornar o suporte dela e retribuir minimamente. Por essas e tantas outras razões, considero que esse término de graduação é uma conquista NOSSA, assim como todas as outras que ainda virão.

Te amo, mami

Todo dia e sempre.

AGRADECIMENTOS

À Iyá Oxum, iyabá dona do meu ori, reencontro de mim comigo mesma, água que me impulsiona, sustenta e preenche;

À minha mãe (de novo);

Aos meus avós maternos, Maria e Severino, que são meus dois grandes amores e exemplos;

À minha avó do coração, Eunice, que vive em prece e torcida por mim;

Aos meus tios maternos, Luciano, Lilian, Leandro e Jaciclary, que são uma torcida incomparável e uma rede de apoio maravilhosa;

Ao meu irmão, Davi, pelo apoio e por me aguentar diariamente;

A Eduardo, meu ás da sorte, meu cantinho no mundo, companheiro e suporte. Crescer contigo e te ver crescer tem sido uma verdadeira experiência de companheirismo e cumplicidade. Aprendo todos os dias com sua determinação, sua disciplina e sobretudo com o seu olhar de afeto pra mim. Obrigada por estar comigo da primeira à última letra que coloquei nesse trabalho, perto e longe;

Especialmente ao meu orientador, Bruno Uchoa Borgongino, por toda orientação paciente e cuidadosa, incentivos e aconselhamentos, por todas as oportunidades de pesquisa, suporte e escuta desde o primeiro período da graduação.

Ao professor Felipe Araújo, pela sua disponibilidade e correções minuciosas;

À Bianca Cruz dos Anjos, pelas orientações e apoio dados desde o dia em que nos conhecemos. Por torcer incondicionalmente pelo meu sucesso e ser um exemplo de professora, pesquisadora e mestre pra mim;

A Levi Rodrigues, por ser sempre tão solícito e facilitar minha trajetória na graduação com esclarecimentos e puxões de orelha;

À Enidice, minha madrinha do coração, prova do cuidado de Oxum na minha existência;

A todo povo do meu ilê, que engrandece meu axé;

À Eva e Letícia, minhas melhores amigas na universidade, por estarem comigo desde o primeiro dia de aula e permaneceram até aqui. Juntas brigamos, choramos, estudamos e, acima de tudo crescemos. Estar com vocês tornou a graduação muito mais leve, suportável e

possível. Sou extremamente grata pela amizade que construímos e pelo suporte que representamos umas para as outras;

A William Freitas, meu melhor amigo de toda vida. Obrigada por ser meu suporte sempre, por ser uma escuta atenciosa e por me apoiar em toda e qualquer iniciativa. Te admiro todo dia e sempre, és brilhante;

À Ana Letícia, minha irmã de santo preferida, por dividir a grandeza de Oxum comigo e ser uma torcida perto e longe;

À Lilian, por sempre me lembrar que somos sóis transumantes, por ser uma inspiração e uma potência negra na minha vida;

A Hélder Freitas, por quem tenho uma admiração enorme. Me inspiro no seu exemplo e na sua dedicação quando penso na professora que espero me tornar;

À Allana e Beatriz, por sua torcida incondicional e por dividirem comigo todas as complexidades de ser uma mulher negra num espaço não projetado para nós. Obrigada por me lembrarem de destilar melanina e mel em todos os lugares;

À Zayra, Ana Carolina e Victória, as primeiras amigas de verdade que tive na vida, que perto ou longe sempre me apoiam e torcem por mim. Graças ao apoio de vocês o ensino médio foi suportável, graças a vocês eu comecei a enxergar mais potencial e beleza em mim. Graças a vocês não desisti de ser historiadora. Essa conquista é de vocês três também;

À Suênia, por ser uma inspiração de pesquisadora, dividindo comigo tantos sonhos e projetos ao longo da graduação. E pela sua torcida incondicional;

À Larissa Cristina, que me inspira todos os dias com seu exemplo de liberdade, afeto e grandiosidade;

À Geovanna, Keli e Vitória pela parceria durante a graduação, pelos projetos desenvolvidos conjuntamente enquanto fizemos parte do Coletivo Sagarana, por trazerem leveza pra muitos dos momentos que vivi na universidade;

A Ruy, por ser uma amizade que me impulsiona e apoia constantemente. Sei que você será um grande modernista!

À Luana, pela torcida de sempre, por todo afeto e doçura;

À Hellen, Dawyd e Mateus, por sua torcida incondicional e também apoio.. Embora o contato durante a graduação tenha diminuído entre nós, sei que o afeto permanece e é constante;

À Giovana, por sua amizade tão sincera e pela sua torcida de sempre. Te admiro imenso por toda sua força.

À Gisele, uma das minhas primeiras amigas da graduação, por todo seu colo e afeto, independente do tempo

À Yasmim, cuja amizade é um presente imenso na minha vida, um porto seguro e um mar de afeto. Obrigada por ser sempre por mim!

A David, amizade mais espontânea que adquiri na graduação, por sempre me apoiar em tudo, por sempre acreditar e impulsionar minhas iniciativas;

À Larissa, presente da minha caminhada espiritual, por sua leveza e afeto;

À Thawanny, Guilherme, Gabriel, Luísa, Hugo, Carolina, e Daniel, que constituem o grupo mais rochedo da UFPE, os *Galeans!* Vocês são exemplos de dedicação e compromisso. Obrigada por todo afeto, leveza e torcida para mim. Admiro demais todos vocês.

Aos membros do LEOM, o Laboratório de Estudos de Outros Medievos, por incentivarem essa pesquisa.

*Quem é que não se lembra
Daquele grito que parecia trovão?!
– É que ontem voltei meu grito de revolta.
Meu grito de revolta ecoou pelos vales mais longínquos da Terra
Atravessou os mares e os oceanos
Transpôs os Himalaias de todo o Mundo
Não respeitou fronteiras
E fez vibrar meu peito...
Meu grito de revolta fez vibrar os peitos de todos os Homens,
Confraternizou todos os Homens
E transformou a Vida... ... Ah!
O meu grito de revolta que percorreu o Mundo
Que não transpôs o Mundo,
O Mundo que sou eu! Ah!
O meu grito de revolta que feneceu lá longe,
Muito longe, na minha garganta! ¹*

*Das entranhas eu sou encruzilhadas
Boca do mundo Marielle desbrava
Misericórdia em volta revolta.
A bala do racismo, do capitalismo,
Do sexismo não nos mata.
Meu sangue quando jorra, molha e nasce muitas de mim
Ori o tempo crava Kawô.
Das entranhas eu sou encruzilhadas
Chibata de ferro meu corpo de água.
De mulheres negras lésbicas faveladas
Das entranhas eu sou encruzilhadas
Da terra preta, do sagrado,
Do pé preto, mulher calcanhar rachado, mão traçada de calo.
Das entranhas eu sou encruzilhadas
Chibata de ferro minha língua navalha,
Ira de lágrimas Kawô
Fogo nas águas Xangô
Maré crespa preta Maré
Ira vira Kawô Fogo nas águas Xangô Maré. ²*

¹ OSÓRIO, Oswaldo. *Emergência da poesia em Amílcar Cabral* (30 poemas de Amílcar Cabral). Praia: Edição Grafedito, 1983.

² Poema de Deise Fatuma, disponível em: AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Pólen, 2019.

RESUMO

Esse trabalho apresenta uma análise teórica e historiográfica de base crítica, norteado por um conjunto de referências pós-coloniais, subalternas e decoloniais. Tem por objetivo central discorrer sobre percursos e possibilidades para abordar a Idade Média através de perspectivas antieurocêntricas, partindo da premissa de que possuem potencial para gerar novas formas de consciência histórica. Para tanto, contesta as abordagens que propagam a ideia de um Medievo homogêneo, formado por identidades hegemônicas e espacialidades restritas. Assim, constatou-se que as abordagens antieurocentradas trazem consigo formas de escrita e pensamento que rompem com as lógicas tradicionais e são fundamentais para que surjam diferentes compreensões sobre o passado histórico. Ao incluirmos abordagens antieurocentradas em nossas análises históricas, acessamos novas categorias de pensamento, diferentes pontos de vista e, através de uma maior complexificação, temos acesso a novos objetos de estudo, podendo explorar um repertório mais amplo de experiências no tempo e espaço, refletir sobre diferentes sujeições históricas e ampliar horizontes historiográficos.

PALAVRAS-CHAVE: Idade Média; Perspectivas antieurocêntricas; Consciência histórica.

ABSTRACT

This work presents a theoretical and historiographical analysis based on a critical approach, guided by a set of postcolonial, subaltern, and decolonial references. Its central objective is to discuss pathways and possibilities for addressing the Middle Ages through anti-Eurocentric perspectives, starting from the premise that such approaches have the potential to generate new forms of historical consciousness. To this end, it challenges approaches that propagate the idea of a homogeneous Medieval period, formed by hegemonic identities and restricted spatialities. It was thus found that anti-Eurocentric approaches bring forms of writing and thinking that break with traditional logics and are fundamental for fostering different understandings of the historical past. By including anti-Eurocentric approaches in our historical analyses, we access new categories of thought, different points of view, and, through greater complexity, gain access to new objects of study. This allows us to explore a broader repertoire of experiences across time and space, reflect on different historical subjectivities, and expand historiographical horizons.

KEYWORDS: Middle Ages; Anti-Eurocentric perspectives; Historical consciousness.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I - O PERCURSO HISTORIOGRÁFICO DO CONCEITO DE IDADE MÉDIA	17
1. Idade Média: um conceito cambiante	17
2. O Medievo e a Modernidade	18
3. A Idade Média e o século XIX	19
4. Idade Média e Contemporaneidade	22
5. Medievalística no Brasil	26
CAPÍTULO II - ABORDAGENS ANTIEUROCÊNTRICAS: TRAJETÓRIAS, PERTINÊNCIAS E PARTICULARIDADES	30
1. Breve panorama histórico dos Estudos Pós- coloniais, Subalternos e Decoloniais	30
1.1 O pós- colonialismo	30
1.2 Estudos subalternos	32
1.3 Estudos Decoloniais	34
2. Particularidades de aplicação do norte teórico	38
CAPÍTULO III - CONSTRUINDO UMA IMAGEM ANTIEUROCENTRADA DA IDADE MÉDIA	43
1. Desestabilizando abordagens tradicionais	43
2. Por Outros Medievos	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

INTRODUÇÃO

A nossa escrevivência não pode ser lida como história de ninar os da casa-grande, e sim para incomodá-los em seus sonos injustos³

O historiador José d'Assunção Barros (2018) afirma, observando a trajetória das Ciências Humanas, que estas foram amadurecendo e se tornando capazes de englobar sistemas epistêmicos amplos, complexos e diferenciados que, a partir de um manejo cuidadoso da teoria, do método e da práxis, apreendem o saber, garantem sua cientificidade e nos permitem atuar com diferentes conceitos, ângulos e fontes, aumentando nossos repertórios de investigação. Uma observação cautelosa e abrangente do fazer histórico reitera essas concepções supracitadas, tendo em vista que este é marcado por múltiplas dinâmicas, operações e possibilidades complexas, postas em evidência no levantamento de hipóteses, operações historiográficas, processos de escritura, na análise e construção de novas narrativas.

Neste sentido, desenvolver uma pesquisa no campo da História, fazer proposições, comunicá-las e problematizá-las exige uma diversidade de reflexões críticas, meneios, rigores e uma capacidade de observação simultaneamente ampla e minuciosa acerca dos nossos objetos de estudo e das miríades de caminhos teóricos, metodológicos e analíticos que estes nos proporcionam. Ainda segundo Barros:

Os historiadores que constituem os seus trabalhos a partir de teorias distintas, ou de abordagens diferenciadas, veem efetivamente mundos históricos distintos, ou mesmo vivem em mundos históricos diferenciados. Ao produzirem os resultados de seus trabalhos- livros, artigos, conferências, entrevistas, filmes e programas de televisão, ou ainda um bom ensino de história para estudantes e beneficiários de diversos tipos- também conduz os seus leitores e espectadores a conhecerem novos mundos, a viverem em novas realidades históricas, a reconstruírem as suas próprias vidas e compreensões do mundo de acordo com as novas perspectivas que lhes foram oferecidas. As escolhas teóricas, ao produzirem novos mundos históricos, constituem portanto uma grande responsabilidade social dos historiadores (BARROS, 2017, p. 78).

Um aspecto de fundamental destaque nesse conjunto de colocações é o caráter mutável dos saberes advindos da História, que ocorre porque as reflexões sobre o passado e presente possuem sua própria historicidade.⁴ Isto é, estão inseridas em contextos temporais e

³ EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Alexandre, Marcos A. (org.) Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p 21.

⁴ Refere-se ao que é histórico, contextualizado no tempo e espaço.

espaciais que mudam e trazem consigo constantes revisões de ideias, teorias e hipóteses, inaugurando abordagens. Estas, por sua vez, não são imparciais, tampouco neutras e, do contrário, estão sempre pautadas em desconfortos, inquietações e experiências que nos perpassam como sujeitos históricos do tempo atual e as condições existentes nele.

Assumindo essa mutabilidade, neste trabalho parte-se da premissa de que a leitura crítica das ideias e autores considerados clássicos e tradicionais são percursos fundamentais. Essa prática resulta na quebra de estagnação discursiva, na fissão da rigidez dos limites disciplinares e na exteriorização das relações entre os problemas enfrentados na atualidade e o tempo histórico longínquo. Além disso, também proporciona a aplicação de novos prismas teóricos e historiográficos que inauguram formas de consciência histórica acerca de temas diversos.⁵ Vale dizer que,

Se a Historiografia se constrói com Teoria e Método, se a Historiografia é nos dias de hoje vista como vinculada a problemas- e já vão longe os tempos em que se podia simplesmente propor uma história meramente descritiva- é a Teoria o que dará um lastro essencial ao historiador em formação, de modo que ele construa uma História realmente problematizada e se prepare para representar os processos históricos com a responsabilidade inerente ao seu ofício (BARROS, 2017, p. 79).

Mas afinal, como o Medievo se relaciona com esses debates aqui colocados? Nesse processo de revisitação dos cânones e de observação dos diálogos entre o agora e o passado, constatamos que a sociedade contemporânea conservou práticas e categorias de pensamento hostis e discriminatórias. Isso advém de concepções universalizantes, eurocentradas⁶ e coloniais⁷ historicamente construídas. A Idade Média, enquanto conceito historiográfico, e a medievística, enquanto campo de estudo, não se dissociam dessas problemáticas.

Ao pensarmos no Medievo, logo nos vem à mente uma série de imagens, personagens e estereótipos que foram cunhados como típicos ao período. Imaginamos, por exemplo, a

⁵ A consciência histórica envolve representações sociais adquiridas coletivamente pelas sociedades, a partir de suas experiências no tempo e espaço. Utilizo consciência histórica segundo a concepção de Rüsen, para saber mais cf: RÜSEN, 2001.

⁶ Neste trabalho, as definições de eurocentrismo delineadas por Samir Amin são adotadas como base, considerando-o como "um universalismo, pois propõe a todos a imitação do modelo ocidental como a única saída aos desafios do nosso tempo" (2021, p. 8). Além disso, as contribuições de Edgardo Lander são consideradas, destacando que "o eurocentrismo funciona como um locus epistêmico de onde se constrói um modelo de conhecimento que, por um lado, universaliza a experiência local europeia como modelo normativo a seguir e, por outro, designa seus dispositivos de conhecimento como os únicos válidos" (2000, p. 7).

⁷ Me refiro aqui à colonialidade, definida por Anibal Quijano (2005) como uma continuidade do pensamento colonial, sendo uma matriz que se expressa essencialmente em relações de poder, ser e saber. Em outras palavras, a colonialidade se manifesta como fenômeno histórico originado pelo colonialismo, mas se mantém mesmo com o seu fim, propagando as lógicas coloniais no campo do conhecimento, subjetividades, modos de ver e assim por diante.

estrutura social com baixa mobilidade, os cavaleiros, o poderio clerical, os camponeses, os trovadores e uma série de outras figuras. No entanto, há certos grupos e espaços raramente abordados nos trabalhos e narrativas mais tradicionais e, quando mencionados, são subalternos, cujo protagonismo é restrito e condicionado. Em outras palavras, as abordagens mais comuns sobre Idade Média transmitem uma impressão de homogeneidade estrutural, na qual saberes, seres e espaços que não permeiam um *locus* dito comum ocupam o lugar da “outridade”, de ocupantes não legítimos dos espaços medievais. Essas imagens e narrativas não são deslocadas de contextos históricos ou políticos e, do contrário, são gestadas a partir de interpretações sobre o passado e como diferentes sociedades lidam com ele.

Medievalistas como Paulo Pachá (2019), Ygor Belchior e Ana Coelho (2020), Andrew Elliot (2017), Thomas Blake (2020), Sierra Lomuto (2016), Helen Young (2017), Paul Surtevant e Amy Kaufman (2020), entre outros, debatem como muitas dessas narrativas sobreditas hoje são conjuradas, por exemplo, por grupos supremacistas, neofascistas e neonazistas, bem como outros segmentos sociopolíticos cujos discursos são marcados por discriminações de raça, gênero, nacionalidade, sexualidade e religiosidade. Outros medievalistas, como John Dagenais e Margareth Greer (2000) e Lynn Ramey (2014), apontam o processo de institucionalização dos estudos medievais como cerne para que essas imagens homogeneizantes e hegemônicas se corporificassem e fossem instrumentalizadas.

Ao longo século XIX – inaugurando categorias de pensamento e ideias a respeito do mundo medieval⁸ – os Estudos Medievais chegam aos círculos acadêmicos, são institucionalizados nas universidades europeias e norte-americanas, sob influência de discursos nacionalistas e projetos coloniais, por sua vez embasados em epistemes eurocentradas e racistas ainda vigentes na atualidade.⁹ Observando de forma crítica essa conjuntura, nas décadas mais recentes houve produções científicas que versam a respeito da necessidade de revisitar narrativas baseadas em outras formulações, que possam pluralizar e pensar outros Medievos, para além dessa construção tradicional.

Partindo do anseio de colaborar com essas propostas, objetivo com esse trabalho apresentar percursos e possibilidades para abordar a Idade Média por meio de perspectivas antieurocêntricas,¹⁰ partindo da ideia de que possuem potencial para gerar novas formas de

⁸ Uso esse termo para evitar repetições, mas sem partir do pressuposto de que a Idade Média possa ser simplificada e homogeneizada.

⁹ Todos esses aspectos estão interligados, não se dissociam, mas menciono sempre separadamente por compreender que há especificidades em cada um deles.

¹⁰ Na pesquisa, parto da ideia de que eurocentrismo, colonialismo e colonialidade estão intimamente ligados e se retroalimentam, tendo em vista que a ideia de uma Europa como arquétipo, centro das relações de poder, ser e saber legitimou as empreitadas colonialistas e a contribuiu assim para estruturar a colonialidade. Assim, falar de

consciência histórica. Para cumprir esse objetivo, nessa monografia empreendi uma análise teórica e historiográfica de base crítica,¹¹ utilizando como norte teórico um conjunto de referências pós- coloniais, subalternas e decoloniais. A título de maior rigor, ressalto que as reflexões apresentadas ao longo do meu texto estão relacionadas à Teoria da História, para além da História Medieval.

Delimitei, como objetivos específicos: abordar o percurso histórico do conceito historiográfico de Idade Média, explicitando como e o porquê¹² se formaram determinadas noções a respeito do período; traçar um breve panorama histórico do surgimento e consolidação dos estudos pós-coloniais, subalternos e decoloniais; explicitar como os prismas anti- eurocêtricos tem se relacionado com a medievística; evidenciar os caminhos propiciados pelos vieses teóricos para efetivamente construir a imagem de uma Idade Média não-eurocentrada. Esses objetivos estão dispostos numa estrutura de três capítulos.

No primeiro capítulo, descrevo como o conceito de Idade Média surgiu e ressalto seu aspecto cambiante, perpassando diferentes recortes temporais. No segundo capítulo, discorro sobre como surgiram as perspectivas antieurocentradas e suas relações com os Estudos Medievais, além de abordar também quais particularidades devem ser levadas em conta para que se estabeleça essas relações se estabeleçam. No terceiro capítulo, evidencio possíveis rotas para construção da imagem antieurocêntrica do Medievo.

Utilizo, em fragmentos do texto, uma linguagem em primeira pessoa, por não acreditar numa dissociação positivista entre pesquisa e autor. Mais ainda, porque não pretendo fomentar o racionalismo cartesiano impregnado na constituição das ciências, que afasta sujeito e objeto, delimitando o que é científico ou não com base em parâmetros universalizantes, eurocentrados e coloniais, com os quais sugiro rompermos. Por isso, partindo dos meus lugares sociais de mulher, pessoa negra, de terreiro, professora- e os tantos outros que me atravessam- não poderia deixar de defender a indispensabilidade de vozificar seres e locais históricos marcados pelas amarras da colonialidade reivindicando, então, os saberes outrora silenciados e acreditando nas potências contidas em confluências de caminhos.

anti- eurocentrismo é pensar também numa abordagem que se contraponha à colonialidade. Baseio essa premissa nas colocações de Luiz Rufino, cf: RUFINO, 2019.

¹¹ Uma historiografia de base crítica se centra em torno de reflexões e problematizações que buscam entender como e o porquê determinados fatos ocorrem. Utilizo as delimitações de Silvia Pape (2001) acerca dessa especificidade.

¹² Aqui, não assumo uma noção de causa e efeito, como mera teleologia, mas considero condicionantes e desdobramentos desse processo.

Reforço aqui, por uma questão de rigorosidade, que essa monografia não possui caráter pioneiro, já que outras produções acadêmicas ocuparam-se de temas tangentes ao que selecionei como central. Além disso, como afirma Richard Utz:

Temos indicadores confiáveis em todo o mundo que o estudo tradicional da Idade Média, depois de mais de um século de crescimento e estabilidade, está agora em declínio. Isto é apenas em parte devido às pressões políticas e a transformação do ensino superior, mas por outro lado, como resultado de um fenômeno social natural que acontece quando novos campos, ideias e metodologias remodelam o quê, e como nós ensinamos e aprendemos (UTZ, 2019, p. 245)

Partindo desse axioma, não adoto um tom de terminalidade com os estudos aqui deixados. Do contrário, classifico-os como uma abordagem bibliográfica e historiográfica sugestiva, que pode somar a estudos que já vem sendo desenvolvidos e ganhando maior notoriedade, além de estimular novos debates. Creio ser importante acrescentar, no entanto, que o arcabouço de considerações desenvolvidas possui um relevo próprio, já que dispus as ideias a meu modo, apurei referências para avolumá-las e estruturei argumentos para cumprir os objetivos delimitados de forma geral e específica. Acrescento, ainda, que as traduções dos textos estrangeiros são de minha autoria.

Por fim, creio ser indispensável demonstrar a relevância que o tema da pesquisa possui, englobando potencialidades e méritos multidirecionais, que podem ser expressos a partir dos diferentes meios com os quais se relacionam e as especificidades de cada um desses. Acredito que possua relevância para o âmbito universitário, em geral, já que pode contribuir para o fomento de debates em eventos, palestras, mesas redondas e minicursos, dialogando com outras produções científicas, categorias de pensamento, corroborando para revisitações dos cânones e assim propondo novos paradigmas

Acrescento também uma relevância para o âmbito sociopolítico, tendo em vista que as contribuições acadêmicas orientadas por perspectivas antieurocentradas possuem potencial de contestação das abordagens tradicionais fundamentadoras de discriminações, e podem então propor novas visões que caminham com ideais de tolerância, inserção e inclusão. Assim, deixarão evidentes que saberes pós-coloniais, subalternos e decoloniais devem emergir não somente como meros conceitos, mas como instrumentos de práxis e luta política;

Por fim, pontuo relevância para o âmbito regional: como apontou Carlos Alberto Nogueira (2002), há maior proeminência dos Estudos Medievais nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Levando em conta essa informação e defendendo a necessidade de que esses

estudos também tenham proeminência na região Nordeste, o tema deste trabalho, conjugado a outras iniciativas e projetos, pode ser visto como oportunidade para impulsionar e agregar nos conhecimentos e investigações em História Medieval no estado de Pernambuco, inserindo-o de forma mais ampla e incisiva nesse conjunto de regiões em que o campo já é consolidado.

CAPÍTULO I - O PERCURSO HISTORIOGRÁFICO DO CONCEITO DE IDADE MÉDIA

*É uma história que se passa na penumbra, e é preciso que o sol transumante que trago comigo clareie os mínimos recantos.*¹³

1. Idade Média: um conceito cambiante

Desde meados do século XV, estudiosos de distintos domínios começaram a estabelecer definições sobre Idade Média e mesmo antes das delimitações temporais serem claras e diretas, o termo já havia sido usado várias vezes. Como aponta Giuseppe Sergi:

Intelectuais de distintos âmbitos culturais começaram a recorrer às definições de *media aetas*, *media tempora*, *media tempestas*; no século XVII se chegou ao uso de *medium aevum e middle age*. Depois, o êxito de um adjetivo (medioeval ou, hoje mais usado, medieval), determinou o êxito da definição que retoma sua origem: Idade Média, impondo-se pouco a pouco sobre idade do meio, nos primeiros tempos mais usada (SERGI, 2001, p.17).

Segundo Pascual Tamburri, o Medievo é, ao mesmo tempo, um objeto para a Ciência, uma época histórica e um mito com raízes nebulosas. Levando em conta essa polissemia de signos, afirma também que a Idade Média é uma parte essencial da História e, mais ainda, que segue sendo alvo de representações, produções e lembranças cujos contornos e definições interessam tanto àqueles que são estudiosos na área como também ao conjunto da sociedade e seus diferentes segmentos:

Juntamente a Idade Média dos profissionais e a Idade Média mítica da cultura geral, encontramos um terceiro aspecto também de impressão em grande parte romântica, que é a Idade Média como proposta, é dizer, como horizonte futuro (alternativamente ideal ou catastrófico) dos povos europeus. E estes três pontos de vista, tão afastados entre si, tomam como ponto de partida uma só realidade, O Ocidente, surgido da simbiose romano-germânica aproximadamente entre os anos de 500 e 1500 de nossa era (TAMBURRI, 2001, p. 8).

Sergi alerta, entretanto, sobre as problemáticas contidas em algumas dessas delimitações, argumentando que hoje, em certas abordagens, a Idade Média funciona como uma premissa ou como um “outro” de conotações positivas e negativas.

No outro lugar negativo há pobreza, fome, peste, desordem política, abuso dos latifundiários contra os camponeses, superstições do povo e corrupção do clero. No outro lugar positivo, há torneios, a vida de corte, elfos e fadas, cavaleiros fiéis e

¹³ FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008

príncipes magnânimos. Mas também é discutível o uso da Idade Média como premissa genérica (de diversidade ou de preparação) dos séculos posteriores ao XV, e de aspectos como o capitalismo, o Estado moderno, a ascensão da burguesia, as novas formas associativas; e sem dúvida essa é uma prática ainda muito usual também no ensino, onde segue funcionando como um recipiente de presunções características superficialmente acentuadas para ilustrar melhor o que ocorre depois (SERGI, 2001, p.23)

Carol Symes (2011) afirmou que ao longo do desenvolvimento das reflexões historiográficas sobre o medieval houve uma série de vicissitudes conceituais que se adaptaram às mudanças à nossa volta, no tempo e espaço, a partir dos processos históricos inscritos nessas esferas. De fato, uma observação atenta sobre o percurso e historicidade do conceito - partindo do seu surgimento e chegando às produções mais recentes- evidencia um grande arcabouço interpretativo. Levando em consideração esses diferentes entendimentos em torno do período medieval, Tamburri (2001) supõe que atualmente, dentre os vários campos disciplinares com abordagens historiográficas, talvez seja a História Medieval uma das mais preocupadas com seu objeto de estudo e as diferentes rotas de interpretação que podem ser aplicadas em torno deste, suscitando novas questões, pautadas numa variedade de posturas e argumentos. Prosseguindo com essa preocupação, neste capítulo busco traçar um panorama das ideias mais longínquas e recentes em torno da Idade Média, explicitando como e o porquê se formaram determinadas noções a respeito do período.

2. O Medieval e a Modernidade

De acordo com Sergi (2001), a época medieval pode ser definida como uma convenção cronológica que se consolidou a partir da cultura comum, da modernidade e da contemporaneidade. Sua origem remonta às reflexões de humanistas italianos dos séculos XV e XVI, inseridos no contexto do Renascimento Cultural. Sendo eles os criadores da ideia de Idade Média, atribuirão a ela uma imagem de obscuridade, de espelho invertido da Modernidade e suas lógicas, buscando na Antiguidade greco-romana um modelo a ser seguido, ao passo que desprezavam e se desinteressavam pelas expressões medievais. Dessa forma, o período medieval passa a ser visto como um recorte sem continuidade com o tempo anterior.

Observando de forma crítica e buscando compreender os condicionantes que constituem essas elaborações, o autor escreve que:

A tendência daqueles intelectuais de dar uma imagem obscura a Idade Média é compreensível recordando precisamente a dureza dos anos que acabavam de sair. A mente humana tem uma natural tendência para a perspectiva. Ao

olhar o passado vem em primeiro lugar o mais próximo, depois o passado recente, e imagina espontaneamente todos os séculos anteriores parecidos a esse passado recente, mas não é seguro que seja assim; frequentemente, o passado mais distante tem sido melhor que o passado próximo. A fama negativa da Idade Média depende muito dessa deformação, e muito também da crise do século XIV: foi arbitrário para os humanistas, como é arbitrário hoje, imaginar os séculos do VIII ao XIII parecidos em tudo com o cenário apocalíptico determinado pelas pestes e fomes do século XIV (SERGI, 2001, p. 19-20).

O momento inicial da Idade Moderna apreciava aqueles que, de modo apologético, foram denominados “Santos Padres” ou “Pais da Igreja”. Estes foram influentes teólogos, bispos e mestres que contribuíram, através de suas obras, para formulações acerca da doutrina, moral e pensamento cristãos. Por essa razão, são tidos como fontes de autoridade no Cristianismo dos primeiros séculos, que se tornou um complexo conjunto de ideias no Medievo, sob sua inegável inspiração. Essa apreciação ocorria porque eles eram vistos como eruditos reformuladores do legado clássico. Havia ainda apreciação dos monges copistas, tidos como propulsores da propagação de saberes antigos. Em contrapartida, não se apreciava os escritores típicos da Idade Média, como os hagiógrafos e cronistas. Sergi afirma que isso ocorria porque “não se percebia sua vivacidade e se enfatizou, ao contrário, severamente as rudes formas expressivas” (2001, p. 34). Symes (2011) alega, analisando essa conjuntura, que o Medievo se tornou um campo de exteriorizações e comprovações das atribuições modernas. Em outras palavras, configurou-se como um recorte temporal que, dadas as conotações negativas, foi essencial para a afirmação positiva da Modernidade.

São encontradas algumas ponderações positivas entre os séculos XVII e XVIII, advindas de intelectuais com interesse no passado. Mas com o Iluminismo, idéias negativas se estabeleceram de modo mais enérgico:

O julgamento se torna de novo radicalmente negativo com o Iluminismo, que colocou as fundações de nossa cultura atual ao atribuir a Idade Média toda feiura precedente à Revolução Francesa, todo uso contrário aos ideais da razão, da liberdade e da igualdade: não foi muito levado em conta o feito de que muitos daqueles usos e daquelas injustiças haviam se firmado em vez disso no século XVII e princípios do século XVIII (SERGI, 2021, p. 34).

3. A Idade Média e o século XIX

No século XIX, a concepção de identidades nacionais passou a ser explorada e houve uma revisitação e releitura de cunho positivo dos mesmos aspectos que antes foram repudiados pelos intelectuais iluministas: “da superstição se deu valor às vertentes mágicas e

fabulosas, no fracionamento se buscavam as raízes das civilizações nacionais, autênticas ou inventadas” (SERGI, 2001, p. 34) É também nesse momento que observamos teóricos do socialismo se debruçando sobre o período mediévico. Sergi escreve que a teoria de um comunismo primitivo dos germânicos e de seus resíduos medievais teve certa expressão, influenciando Marx e Engels em suas interpretações, nas quais afirmavam que a Idade Média prefigurava as formas econômicas pré-capitalistas. Ainda nesse recorte temporal, foi regularizada a medievística em universidades europeias e norte-americanas. Mencionei brevemente alguns aspectos desse encadeamento na parte introdutória do trabalho, mas considero válido retomá-lo para fins de aprofundamento.

O processo de oficialização da História Medieval nos meios acadêmicos ocorreu paralelamente e sob influência da dilatação dos colonialismos europeus, sob a égide dos nacionalismos e dos sistemas de classificação racial que se diziam científicos.¹⁴ Assim sendo, perspectivas eurocentradas, nacionalistas, coloniais e racistas marcaram as reflexões impetradas nesse momento, perpetuando abordagens que propagaram, entre outras ideias, a imagem de um Medievalo desracializado,¹⁵ cristianocentrado,¹⁶ europeizado, masculino e geograficamente restrito ao Ocidente latino. Como acrescenta Kathleen Biddick (1998), para que a medievística fosse estabelecida como disciplina, os medievalistas desse momento tiveram suas práticas e compreensões influenciadas também pelo positivismo, utilizando suas diligências para realizar levantamentos de hipótese, redigir teses e publicações.

Concomitante a essa conjuntura de institucionalização, é válido ressaltar que houve um alicerçamento da branquitude, entendida, segundo Cida Bento (2002; 2022), como uma espécie de pacto não explícito no qual se resguarda a um grupo social determinados privilégios e melhores lugares que são mantidos e passados entre as gerações. Em termos conceituais, creio ser pertinente classificar essa branquitude como sendo acrítica, isto é, segundo as definições de Lourenço Cardoso, uma identidade que, individual ou coletivamente, sustenta argumentos puristas em prol da superioridade racial de pessoas brancas:

¹⁴ É preciso considerar que hoje já existem debates colocando como problemático o termo racismo científico, tendo em vista a dubiedade de compreensão que pode ser gerada. Aqui, não parto do pressuposto que esses sistemas de classificação foram científicos.

¹⁵ O uso do termo raça para a Idade Média leva em conta toda uma operação conceitual, isto é, seria um uso diferente do que comumente encontramos na Modernidade, tendo em vista que dispomos de mentalidades e imaginários diferentes acerca do que a demarcação racial significaria dentro desses dois períodos. Assim, partimos do pressuposto que esse uso pode ser aplicado e entendido em seu contexto discursivo específico.

¹⁶ Esse termo advém de “Cristianocentrismo”, um neologismo criado por Hendrix Anzorena Silveira. Para melhor elucidação, cf: SILVEIRA, 2012.

A branquitude refere-se à identidade racial branca (...), se constrói e reconstrói histórica e socialmente ao receber influência do cenário local e global (Huijg, 2007, p. 11; Bento, 2002b, pp. 25-57; Sovik, 2004b, pp. 315- 325) (...) A branquitude é um lugar de privilégios simbólicos, subjetivos, objetivo, isto é, materiais palpáveis que colaboram para construção social e reprodução do preconceito racial, discriminação racial “injusta” e racismo. Uma pesquisadora proeminente desse tema, Ruth Frankenberg define a branquitude como um lugar estrutural de onde o sujeito branco vê os outros, e a si mesmo, numa posição de poder, um lugar confortável do qual se pode atribuir ao outro aquilo que não se atribui a si mesmo (Frankenberg, 1999b, pp. 70-101, Piza, 2002, pp. 59-90). Quando se trata da ideia do significado da branquitude, prepondera o pensamento de que o branco não possui raça ou etnia. O branco não se encaixaria nos grupos, muitas vezes, denominados como minoria racial, étnica ou nacional (CARDOSO, 2008, p. 173-198).

Ainda segundo o autor, a branquitude busca se resguardar numa ideia pretensa de invisibilidade e, a partir disso, ser branco torna-se um padrão normativo único. É através dessa operação que indivíduos brancos e a coletividade branca são vistos como padrões de seres humanos ideais.

Em outras palavras, Priscila Silva (2017) afirma que há uma intrínseca ligação entre o ser branco e o poder, isto é, entre identidade e autoridade, expressa nas esferas jurídica, política, social e econômica. Desse modo, para que houvesse um alicerçamento, foram desenvolvidos parâmetros de classificação racial, sistematizados de modo circunscrever raças inferiores e superiores; e desse modo, um olhar abrangente acerca das ponderações feitas até aqui confirma, acerca do século XIX, a já citada associação entre os colonialismos, os nacionalismos aflorantes e a branquitude firmada nos sistemas classificatórios.

Partindo do pressuposto de que o conhecimento histórico é intimamente ligado aos contextos sociais, e que os setores culturais, políticos, econômicos e discursivos influem na forma como sujeitos históricos encaram passado e presente, é de se considerar que as narrativas históricas construídas e instrumentalizadas nesse bojo possuem potencialidades para legitimar projetos, ideias e visões. Considerando, com base nas concepções de Dagenais e Greer (2000), que o domínio discursivo do passado é essencial para sustentar e ratificar a empreitada colonial, e tangendo esse argumento para o campo específico da História Medieval, essa instrumentalização foi feita de modo a validar as estruturas e alocações que advém das associações citadas no parágrafo anterior. Em outras palavras, os Estudos Medievais serão usados para estabelecer a imagem de uma Idade Média pautada em identidades hegemônicas, em purismo étnico e intelectual e numa espacialidade restrita à Europa. Com isso, são desconsideradas influências externas, originando o mito do Ocidente

autogerado. Esses cenários embasaram, então, as justificativas convencionadas em torno dos empreendimentos coloniais. Como aponta Sergi:

Nacionalismos grandes e pequenos, correspondentes a culturas consolidadas ou reinventados para a reivindicação política, encontram na Idade Média imaginada (fracionada e confusa, que deixou de ser romana e ainda não está enquadrada nos grandes estados modernos) o espaço ideal para colocar tradições especiais, origens míticas, antecipações de identidades étnicas, nacionais ou mesmo apenas regionais (SERGI, 2001, p.23).

Saliento, brevemente, que estes cenários sobreditos ganharam robustez nos círculos acadêmicos, mas sobrepujaram esses espaços, sendo disseminados e ressignificados por meio de filmes, livros e novelas através do que se convencionou designar Medievalismo. Pretendo tratar de forma mais detalhada sobre isso no próximo tópico, junto à abordagem sobre a historiografia contemporânea.

4. Idade Média e Contemporaneidade

Segundo Miriam Coser (2010), ao longo do século XX, os Estudos Medievais passaram por transformações significativas graças à Escola dos *Annales*. Foi um momento no qual novas possibilidades de abordagem surgiram, novas questões centrais foram colocadas em pauta e novas fontes – como a música, as hagiografias, a literatura e a iconografia – passaram a ser objetos de investigação histórica. Segundo a autora,

A compreensão da História com processos de curta, média e longa duração, tal como propôs Fernand Braudel, já na segunda geração do movimento, permitiu trabalhar com tempos históricos sobrepostos entre si, possibilitando, mais tarde, a abertura para o estudo das mentalidades, compreendidas como estruturas de longa duração, apontando continuidades, as quais, anteriormente, só eram percebidas como rupturas, principalmente nos planos político e econômico (CORSER, 2010, p. 1).

Essa tradição historiográfica francesa contou com medievalistas como Marc Bloch, Jacques Le Goff, Georges Duby e outros que, separadamente ou em conjunto, ampliaram temas de pesquisa e discutiram sobre

Representações sociais, o amor, o casamento e a infância, entre tantos outros. Tais temas foram estudados à luz dos novos tipos de fontes, conferindo novo caráter à sociedade medieval e às heranças por ela deixadas à sociedade ocidental contemporânea. Aspectos referentes à Idade Média, como a superação do escravismo, o desenvolvimento de novas formas de conhecimento intelectual (a

escolástica), as tentativas de contenção da violência (Paz de Deus), etc, receberam especial atenção por parte dos historiadores que redimensionaram o período medieval, antes concebido como um longo período de letargia e de obscurantismo (CORSER, 2010, p. 1).

O que podemos constatar, em outras palavras, é que essas mudanças nos paradigmas teórico- metodológicos foram essenciais para uma complexificação do significado de Idade Média. Com práticas interdisciplinares, que relacionaram a História à Psicanálise, Etnologia, Geografia, Antropologia e outras ciências, *Os Annales* chamaram atenção para a necessidade de rever idéias e postulados cristalizados, trazendo à tona novos contornos para o conhecimento histórico.

No entanto, é também válido ressaltar que a historiografia produzida por esses medievalistas não se dissociou bruscamente de determinadas concepções pré-existentes e acabou reproduzindo algumas lógicas eurocentradas. Numa leitura das obras produzidas pelos historiadores anteriormente citados, por exemplo, observamos que suas análises sobre o Medievo são centradas sobretudo na Europa, mais especificamente no território francês e em seus grupos; além de adotarem concepções universalizantes sobre tempo, espaço, identidades, grupos étnicos e raciais.

Tomando as relações entre passado e presente como dialógicas, encontramos então durante o século XX abordagens com contornos dicotômicos advindas de diferentes experiências no tempo. Em outras palavras, ora localizamos produções que retomam as narrativas renascentistas, ora narrativas romantizadas e observamos também essas narrativas de complexificação.

Marcelo Cândido da Silva (2019) afirma que, ainda durante este século, o Medievo se torna alvo de curiosidade de diferentes grupos para além do meio acadêmico, passando a ser abordado na literatura, produções filmicas e até mesmo sendo tema para festas e jogos. Verifica-se que esse interesse ultrapassará uma dimensão conceitual, e o período mediéxico se torna agora um “objeto” comercializável. Esses meios- para além do universitário- também foram propulsores e perpetuadores de imagens estereotipadas e problemáticas. Considerando ainda o aludido caráter dialógico entre o pretérito e o hodierno, Tamburri certifica que:

A Idade Média é uma parte preponderante de nossa história, também neste significado concreto: foi e segue sendo produtor de representação, de evocação e de imaginário. Frente à Idade Média imaginada está a realidade da investigação histórica; a mais atualizada e sofisticada, a filologicamente mais aguerrida e metodologicamente mais aguda (TAMBURRI, 2001, p.15-16).

Tendo em mente essas evocações e representações na Contemporaneidade, creio ser pertinente discorrer sobre dois fenômenos: o neomedievalismo e suas especificidades, levando em conta seu potencial para perpetuar estereótipos, e a apropriação da Idade Média por parte de segmentos extremistas.

Segundo pontua Amy Kaufman (2010), o Neomedievalismo é um conceito marcado por fluidez, e não necessariamente se preocupa com uma verossimilhança em torno do que foi o Medievo. É, portanto, uma espécie de simulacro do período histórico, dependente das novas tecnologias e que nos permite analisar as recepções, interpretações, apropriações e recriações do passado medieval, bem como discursos políticos que o envolvem. Em outras palavras, Felipe Gonçalves e Allan Strazzi (2020) afirmaram que o neomedievalismo se refere a um novo interesse que surge sobre o período medieval no contexto contemporâneo, sobretudo nas mídias, com os jogos, livros digitais e filmes.

Obras baseadas no neomedievalismo fazem uso do passado medieval de acordo com as necessidades de comercialização e vão “remodelando-se em um universo alternativo de medievalismos” (GONÇALVES; STRAZZI, 2020, p. 313). Assim,

Na contemporaneidade, ocorre uma reconstrução nostálgica do passado medieval, possuindo diversos efeitos, como os mitos nacionalistas que são discutidos por Patrick Geary (Cooper, 2016, pp. 1). Há diversos exemplos dessa reconstrução fantástica na cultura popular, como é o de “O Senhor dos Anéis”, escrito pelo britânico J. R. R. Tolkien, o qual utiliza elementos de seus trabalhos em filologia e literatura medieval para criar o que vem sendo chamado de “uma mitologia para Inglaterra.” É um olhar para trás de uma cultura almejando encontrar a própria identidade, mas que acaba reinventando um passado glorioso na tentativa de legitimar o presente (Cooper, 2016, pp. 1). Esse ponto converge com os revivalismos medievais que ocorreram no século XIX, principalmente no campo das artes, onde ocorreu essa evocação de passado glorioso ou esquecido. Nesse sentido, surge o neogótico como um estilo/identidade nacional, porém não como emulação, mas como uma recriação/invenção (Meneguello, 2000, pp. 18) do passado à luz do presente. Umberto Eco foi quem popularizou o termo neomedievalismo nesse sentido de fantasia (Eco, 1986, pp. 61- 72) na obra *Travel in Hyperreality* (1986), afirmando que “Assim, estamos agora testemunhando, tanto na Europa quanto na América, um período de renovado interesse pela Idade Média, com uma curiosa oscilação entre um fantástico neomedievalismo e uma responsável análise filológica” (Eco, 1986, p.64) (GONÇALVES; STRAZZI, 2020, p. 313).

Ainda segundo Gonçalves e Strazzi (2020), os ambientes virtuais, quando formulam sua concepção sobre Idade Média, elaboram seus próprios universos tomando como matriz o período medieval por meio de uma representação estética e dialógica em relação ao conceito de imagem e presença, embora com elementos que diferem ou até mesmo entram em contraste. Esse processo ocorre, então, a partir da apropriação de aspectos do Medievo-ainda que sem a autenticidade necessária- visando uma abordagem lúdica. Usualmente,

ocorre a criação de mundos fictícios, representando a fantasia medieval através da apreensão de temas históricos, mas sem identificá-los, sem deixar claros que estes estão sendo usados.

Outras tantas obras seguem essa lógica acima citada, e deve-se se considerar que possuem uma finalidade sobretudo mercadológica. Porém, apontam para uma problemática sociopolítica à medida que selecionam personagens e características de um recorte específico de tempo, ainda que as representações e imagens escolhidas nem sempre sejam usadas levando em conta uma preocupação com sua historicidade.¹⁷

Em termos de apropriação e instrumentalização da Idade Média por parte de grupos supremacistas, Bruno Uchoa Borgongino (2023) afirma que esse acontecimento causou impacto nos Estudos Medievais, fazendo com que especialistas de língua inglesa e medievalistas brasileiros estruturassem investigações que esclareciam e contestavam as imagens e ideias discriminatórias propagadas por esses segmentos. Essas apropriações revisitaram:

A ascensão global de grupos de extrema-direita que legitimavam seus pleitos xenofóbicos e de superioridade racial remontando a um suposto Medievo branco, cristão e viril. Os embates violentos em Charlottesville em 2017 se constituíram no principal ponto de virada na tomada de consciência pelos especialistas de que a área estava a ser apropriada pelos supremacistas. Até no Brasil, onde movimentos análogos ascendem há a tendência de adoção política de símbolos que remontariam à Idade Média, como o mote cruzadístico *Deus Vult* e a adoção da estética templária (BORGONGINO, 2023, p. 12).

Ainda segundo o autor, “parcela significativa dos jovens medievistas atuais buscam alternativas aos paradigmas constitutivos da área, em atenção às demandas externas à própria universidade, oriundas principalmente das escolas e dos movimentos políticos” (2023, p.12). Em outras palavras, diante das problemáticas inscritas nessa urdidura, tem sido propostas novas interpelações, interpretações e aplicações de prismas teóricos que constituem novos debates, pesquisas e produções com potencial de contestação às ideias de supremacia.

No âmbito historiográfico, observa-se uma avaliação mais crítica de obras que outrora foram canônicas em nossa produção, a saber, as de autores franceses dos *Annales* como Jacques Le Goff e Georges Duby. Embora não tenham sido descartados, esses trabalhos soam como se não respondessem mais aos problemas agora levantados, uma vez se centrariam demasiadamente numa região específica do que hoje é a França. Outra resposta consiste na aproximação com novas perspectivas teóricas, principalmente de campos como os Estudos Pós-Coloniais e de abordagens como a História Global (BORGONGINO, 2023, p. 12-13).

¹⁷ cf. ROBINSON; CLEMENTS, 2010.

No próximo tópico, faço algumas rápidas considerações a respeito dessas novas abordagens, que pretendo aprofundar no terceiro capítulo deste trabalho. Além disso, traço um breve panorama dos Estudos Medievais no Brasil e coloco em pauta alguns horizontes de discussão que utilizo.

5. **Medievística no Brasil**

Segundo apontam diversos autores, os estudos medievais no Brasil possuem um percurso de consolidação recente, e existem múltiplos fatores a serem considerados em torno desse encadeamento. Em consonância com essa afirmação, Bruno Uchoa cita:

Considerava--se uma historiografia medievalista inviável ou descabida em nosso país. As afirmativas de Maria Yedda Leite Linhares na apresentação do livro *O modo de produção feudal*, publicado em 1979, são paradigmáticas da percepção da História Medieval em território nacional: a inexistência de arquivos, problemáticas pertinentes ou mesmo um passado medieval no Brasil impossibilitariam que surgissem medievalistas nas universidades brasileiras (BORGONGINO, 2023, p. 10-11).

Carlos Nogueira afirma que até 1990 os estudos sobre Idade Média eram difusos, fragmentados:

Em especial a História Medieval, inicialmente caudatária dos estudos sobre a Antiguidade, dos quais fazia parte como disciplina na cadeira História Antiga e Medieval, sobrevivia como um reduto de uns poucos estudiosos de latim e de grego. Situação desconfortável e obscura que o desenvolvimento dos estudos de História na Universidade irá resgatar, fazendo que o estudo da Idade Média deixe aos poucos o exotismo e o conservadorismo para ganhar um estatuto de disciplina autónoma e legítima (NOGUEIRA, 2002, p. 291).

Acrescenta, ainda:

Não poucos medievalistas começaram (...) seus estudos de pós-graduação em outras áreas, por vezes limítrofes com a Idade Média, por vezes, com uma «temática medieval», para depois de doutorados, dedicarem-se mais aprofundadamente aos estudos medievais. Não era tarefa fácil. Não haviam bolsas de estudos para uma história que não fosse «engajada», que não tivesse estreita relação com o Brasil ou a América Latina contemporâneos (NOGUEIRA, 2002, p. 292).

No final do século passado, essa conjuntura passou por mudanças. Traduziu-se medievalistas franceses com renome e projeção, que foram incluídos nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, derivando em maior desvelo em torno da Idade Média. A Universidade de São Paulo (USP) possui certa projeção no que diz respeito a esse quadro, tendo em vista seu pioneirismo para promover pesquisas acerca do Medievo.

Com o alargamento de interesses, pesquisas, reformulação de ementas nos cursos de graduação, crescimento dos cursos de pós-graduação e núcleos de estudos para medievística, em 1996 e 1998 foram fundados, respectivamente, a Associação Brasileira de Estudos Medievais (ABREM) e o Grupo de Trabalho de História Medieval, integrante da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH). Esses foram importantes marcos no que diz respeito à consolidação do campo de História Medieval, pois são advindos da legitimação e valorização das comunidades acadêmicas e suas produções, nacional e internacionalmente.

Nogueira pontuou que a medievística brasileira nesse momento possuía uma herança muito forte dos estudos franceses:

Em que pesem alguns esparsos estudos individuais, sua origem data da missão francesa que formou os primeiros catedráticos da Universidade de São Paulo. Os franceses foram decisivos. Com a chegada de historiadores, em especial Fernand Braudel e depois Jean Gagé, os acadêmicos brasileiros passaram a conviver com a escola historiográfica dos Annales, o principal grupo de historiadores europeus responsáveis por uma enorme renovação histórica, capitaneados por Lucien Febvre, Marc Bloch e pelo já citado Fernand Braudel, sucessor de Febvre e Bloch. E mais contemporaneamente, a influência de Jacques Le Goff, que nos fez o favor de demonstrar para o restante dos historiadores e para nos mesmos medievalistas, a validade e a contemporaneidade da Idade Média. Tanto assim que a primeira tese de Doutorado defendida na Universidade foi a tese do futuro catedrático de História Antiga e Medieval, Prof. Dr. Eurípedes Simões de Paula, *O comércio varegue e o Grão Principado de Kiev*, orientada por Jean Gagé e defendida em 1942 (NOGUEIRA, 2002, p. 291).

Nota-se ainda, no bojo desse processo, um fenômeno no qual os estudos sobre o período medieval se tornaram mais populares nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, enquanto as regiões Norte e Nordeste não possuíam a mesma projeção. Num levantamento feito por Nogueira, em 2002, ele escreve que:

Tentamos fazer um levantamento em curto espaço de tempo, de todas as universidades públicas e privadas onde houvesse uma tradição de pesquisa, como as Universidades Católicas e descobrir onde existiam orientadores, Centros e Núcleos de Estudo de História Medieval, destinados a promover a discussão em torno de temas, problemas e tendências de pesquisa em Estudos Medievais no Brasil. A primeira constatação é que orientadores e pesquisadores titulados, bem como centros e núcleos de pesquisa voltados para a Idade Média, concentram-se nas regiões Sudoeste, Sul e Centro-Oeste de nosso país. No Norte e Nordeste brasileiros, mapeamos a ausência de centros desse tipo, até setembro de 2002, motivada quer por uma carência de investigadores titulados, derivada de uma instalação ainda recente dos cursos de humanidades, ou mesmo da acima citada «visão pragmática» e presentista que excluía Idade Média dos currículos universitários. Ao que sabemos apenas a Universidade Federal da Bahia, a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e a Universidade Federal de Pernambuco, possuem docentes titulados na área de História Medieval (NOGUEIRA, 2002, p. 293).

Num estudo mais recente, publicado em 2019, Bruno Álvaro e Bruna Mota (2019) realizaram investigações acerca da medievística nos programas de pós-graduação, apontando para um aumento dos trabalhos de mestrado e doutorado em História Medieval, e maior número de especialistas se tornando professores universitários. É importante frisar que:

O crescimento dos Estudos Medievais não adveio de uma resposta às demandas específicas da História (ALMEIDA, 2013, p. 8). Pela ausência de uma tradição acadêmica brasileira sólida e de um debate prévio sobre a legitimidade de seu ensino e pesquisa, a Idade Média prosseguiu aos olhos de muitos colegas de outras áreas como recorte alheio aos nossos interesses historiográficos. A publicação da primeira versão da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em 2016, em que não constavam conteúdos referentes à Antiguidade e ao Medievo na disciplina História, levou muitos colegas de outras áreas a explicitarem o que pensavam: em concordância com o documento, posicionaram-se pela retirada da Idade Média dos currículos escolares (BORGONGINO, 2023, p. 11).

Esse mesmo levantamento de Álvaro e Mota também evidenciou a perpetuação da concentração de Estudos Medievais nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, levantando debates acerca da necessidade de consolidação nas regiões Norte e Nordeste. Recentemente, na Universidade Federal de Pernambuco, foram oficializados dois laboratórios de pesquisa sobre o período mediévico: o LEOM, Laboratório de Estudos de Outros Medievos e o LEME Laboratório de Estudos Medievais, que desenvolvem atividades de pesquisa, ensino, extensão, debates, orientações de monografias, teses e dissertações. Ainda que recentes, esses dois espaços têm se integrado a outros grupos de pesquisa e promovido eventos nacionais e internacionais, apontando para um forte potencial do estado de Pernambuco na agregação e expansão dos Estudos Medievais.

Em décadas mais recentes, a medievística tem se concentrado em novas interpelações pautadas em estudos de gênero, raça, pós-colonialidade e outros que fomentam tendências teóricas voltadas à pluralidade, para além de um viés eurocentrado. Em outras palavras, promover

O estudo de espaços, sujeitos e processos secundarizados ou invisibilizados pela noção tradicional de 'Ocidente cristão medieval' (...) não consiste, nesse sentido, numa tentativa de estender o medieval para nele enquadrar o não-ocidental e o não-cristão, pois tal operação seria de evidente eurocentrismo; o esforço intelectual é o de ressignificar criticamente uma área institucionalmente consolidada, abrindo-a ao diálogo com outras sem a mesma inserção (BORGONGINO, 2023, p. 14).

Pensando no cenário atual, onde se confrontam essas novas abordagens e aquelas mais tradicionais, fica claro que a medievística é um terreno de contínuas disputas de

narrativas. Assim, mesmo sendo um campo no qual há constantes revisitações que descortinam categorias de pensamento e ponderação, há, ainda, uma apelação para a ideia de Idade Média que emergiu no seio dos colonialismos. Como aponta Luiz Rufino:

O colonialismo produziu violências indelévels em todos nós, porém, o seu projeto de ser um paradigma hegemônico monocultural e monorracionalista apresenta fissuras, fraturas expostas, hemorragias, sangrias desatadas. Mesmo tendo as sabedorias dos grupos tidos como subalternos operado golpes de forma astuta nas estruturas coloniais, o intenso investimento na formação dessa engrenagem moderna faz com que, até os dias atuais de hoje, permaneça a dimensão do contínuo colonial (RUFINO, 2019, p. 36).

Ademais,

Esse contínuo que podemos ler nos termos do conceito de Colonialidade é compreendido como o legado das desigualdades e injustiças produzidas pelo colonialismo europeu. Ao destacar os aspectos concernentes à linguagem e aos saberes, enfatizo a dimensão da colonialidade que recai sobre o caráter epistemológico. Essa face nos mantém dependentes do paradigma de saber eurocêntrico (RUFINO, 2019, p. 37).

A partir dessas colocações, nessa pesquisa conduzo-me pelo pressuposto de que construir outros caminhos epistêmicos- de pensamento, escrita e fala, com potencialidades para transgredir esse contínuo colonial nos estudos medievais- é um processo indispensável e fundamental, que pode ser engendrado através de vias antieurocênticas.

CAPÍTULO II - ABORDAGENS ANTIEUROCÊNTRICAS: TRAJETÓRIAS, PERTINÊNCIAS E PARTICULARIDADES

Movida por escrevivências, como Conceição Evaristo, proponho cantiga decolonial por razões psíquicas, intelectuais, espirituais, em nome d'águas atlânticas. Mulheres negras infiltradas na Academia, engajadas em desfazerem rotas hegemônicas (..) em prol de quem sangra, porque o racismo estruturado pelo colonialismo moderno insiste em dar cargas pesadas a mulheres negras e homens negros.¹⁸

1. Breve panorama histórico dos Estudos Pós- coloniais, Subalternos e Decoloniais

As obras de José d'Assunção Barros (2017; 2018) nos lembram que os conceitos são permeados de historicidade, isto é, são marcados pelos contextos temporais e espaciais envolvidos no seu surgimento e consolidação. Levando em conta o caráter polissêmico dos conceitos, é essencial que nós historiadores esclareçamos, nas nossas produções, em quais sentidos os empregamos. Partindo dessa ideia, neste capítulo discorro sobre a pertinência de uso dos prismas antieurocentrados, escrevendo sobre suas trajetórias históricas, as particularidades de cada uma e as relações possíveis com os Estudos Medievais

1.1 O pós- colonialismo

Analisando a genealogia do pós- colonialismo, Luciana Ballestrin (2013) afirma que esse termo é utilizado com dois significados. O primeiro se refere ao recorte temporal subsequente aos processos de descolonização em África e Ásia, ocorridos sobretudo entre os anos de 1945 e 1970. Nesse contexto, o sentido de uso possui um tom centralmente político, de cunho emancipatório em relação às estruturas neocoloniais pautadas no imperialismo e responsáveis, segundo Ana Mônica Lopes (2011), por compor um sistema de dominação sustentado por coerções.

Tendo como principais expoentes os intelectuais Aimé Cesaire, Albert Memmi, Frantz Fanon e Edward Said, o segundo significado do termo pós-colonialismo se delineia por volta da década de 1970 e obtém maior projeção a partir de 1980, podendo ser entendido como um agrupamento de subsídios teóricos advindos de estudos culturais e literários, com produções feitas, sobretudo,

Por intelectuais do Terceiro Mundo que estavam radicados nos departamentos (...) de língua inglesa, antropologia das universidades inglesas e posteriormente das universidades norte-americanas. A consequência mais óbvia disso foi o fato de o

¹⁸ AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019, p. 15.

pós- colonialismo ter uma língua de nascença, o inglês, e ter também um espaço de circulação, o mundo anglofônico (COSTA; GROSFOGUEL, 2016. p. 15).

Acerca da maior projeção a partir de 1980, vale ressaltar que esse processo ocorreu em um contexto em que a:

Globalização, cultura, identidade (classe/etnia/gênero), migração e diáspora apareceram como categorias fundamentais para observar as lógicas coloniais modernas, sendo os estudos pós-coloniais convergentes com os estudos culturais e multiculturais (BALLESTRIN, 2013, p. 94).

O pós-colonialismo é um arcabouço teórico de pesquisa que questiona os efeitos sociopolíticos, econômicos e culturais deixados pela dominação colonial, tanto nos territórios colonizados quanto nos colonizadores. Inocência Mata (2014) afirma que o pós-colonialismo intenta construir epistemologias baseadas em outros paradigmas e metodologias de análise para além dos tradicionais. Nesse sentido, sugere mudanças nas estruturas epistêmicas de saber, com foco em superar as relações de colonização, colonialismo e colonialidade.

Costa afirmou que o pós-colonialismo compartilha, em meio as suas diferentes perspectivas, do “caráter discursivo do social”, do “descentramento das narrativas e dos sujeitos contemporâneos”, do “método da desconstrução dos essencialismos” e da “proposta de uma epistemologia crítica às concepções dominantes de modernidade” (Costa, 2006, p. 83-84). Na continuidade do argumento, sugere ainda que o “colonial” do termo “alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais (BALLESTRIN, 2013, p. 90).

Ballestrin coloca duas observações importantes nessa conjuntura:

A primeira é o fato de pensadores pós-coloniais poderem ser encontrados antes mesmo da institucionalização do pós-colonialismo como corrente ou escola de pensamento. A segunda é o fato de que o pós-colonialismo surgiu a partir da identificação de uma relação antagônica por excelência, ou seja, a do colonizado e a do colonizador. Se por um lado essa fixação binária de identidades essencializadas foi rompida nos escritos de Memmi, Said, Spivak e Bhabha, por outro, ela foi permitida pela identificação daquilo que Mignolo (2003) chamou de “diferença colonial”. Nesse sentido, a relação colonial é uma relação antagônica: “[A] presença do outro me impede de ser totalmente eu mesmo. A relação não surge de identidades plenas, mas da impossibilidade da constituição das mesmas” (Laclau e Mouffe, 1985, p. 125). Foi Fanon (2010) quem pela primeira vez expressou esse impedimento, em 1961 (BALLESTRIN, 2013, p. 91).

Stuart Hall (2003) considera que os argumentos dessa escola de pensamento não partem do entendimento de que os efeitos e as vicissitudes advindas dos colonialismos foram suspensos no momento em que cessaram os domínios territoriais sobre as colônias. Do contrário, muitas noções coloniais de poder e saber se perpetuaram, tendo em vista que as rupturas históricas abarcam complexidades nem sempre lineares e duais. O que será, então, disruptivo e diferencial na teoria pós-colonial é a aptidão de revisitatar, revisar e reler essas lógicas de perpetuação.

1.2 Estudos subalternos

Joaze Bernardino Costa e Ramón Grosfoguel declaram que “uma derivação importante do pós-colonialismo – enquanto comunidade argumentativa – foi o Grupo de Estudos da Subalternidade do Sul da Ásia” (2016, p.15). Ballestrin, em concordância com essa assertiva, postula que este se constituiu como uma espécie de iniciativa que acabou por ratificar a teoria pós-colonial como um movimento epistêmico, de caráter político e intelectual. Formado nos anos 1970 sob liderança de Ranajit Guha, o Grupo de Estudos Subalternos analisou de forma crítica tanto a escrita da história colonial do território indiano, quanto a historiografia nacionalista indiana, ambas permeadas por um viés eurocentrado. Sobre esses vieses predominantes, Chakrabarty escreve, se referindo às investigações em torno da Índia moderna nos anos de 1960 e 1970, que:

O nacionalismo e o colonialismo emergiram, como era de se esperar, como as duas áreas de investigação e debate mais importantes que definem o campo (...) Em um extremo desse debate estava Anil Seal, historiador de Cambridge, cujo livro *Emergence of Indian Nationalism* descrevia o nacionalismo como o trabalho de uma pequena elite criada nas instituições educativas que os britânicos haviam instaurado na Índia. Essa elite, como descreveu Seal, de uma vez competia e colaborava com os britânicos em sua busca por poder e privilégio (CHAKRABARTY, 2010, p. 26).

Após se consolidarem em seu país de origem, os Estudos Subalternos ganharam projeção fora da Índia, tendo como principais nomes, a partir da década de 80, Gayatri Spivak, Dipesh Chakrabarty e Partha Chatterjee. Ballestrin afirma que esses três intelectuais ficaram conhecidos como tríade sagrada da teoria pós-colonial. Junto à Guha e Prakash, sustentam a ideia de que o colonialismo não é somente um fenômeno expresso nas esferas política e econômica, mas possui também uma dimensão epistemológica, isto é, está ligada à constituição de saberes. Castro- Gómez (2013) escreve que os autores dessa corrente de pensamento defenderam que as Ciências Humanas e Sociais erigidas na

Modernidade elaboraram idéias sobre os subalternos que davam aporte e legitimidade para as dominações coloniais, além de criar modelos e referências epistêmicos para si, delimitando os perfis de quem é o colonizador e quem é o colonizado de forma etnocentrada.

Voltando aos nomes de destaque no campo, menciona-se sempre o distinto papel de Spivak, tendo em vista que foi a historiadora quem

Apresentou o trabalho do grupo ao público estadunidense, sendo ela uma das mais importantes tradutoras de Jaques Derrida. De acordo com Subrahmanyam, sob sua influência os estudos subalternos foram sendo descaracterizados pela introdução excessiva do desconstrutivismo de Deleuze e Derrida. Em 1985, Spivak publicou um artigo que, ao lado dos livros já citados, tornou-se outro cânone do pós-colonialismo: “Pode o subalterno falar?”. É importante reparar que, nesse artigo, a autora faz uma profunda crítica aos intelectuais ocidentais Deleuze e Foucault – a despeito de sua filiação pós-estruturalista e desconstrucionista – e uma autocrítica aos estudos subalternos, através da reflexão sobre a prática discursiva do intelectual pós-colonial (BALLESTRIN, 2013, p. 93).

A definição de Spivak para explicitar o que é um subalterno foi amplamente difundida e tomada como parâmetro. Segundo a explicação de Sandra Almeida (2010), para Spivak:

O sujeito subalterno é aquele cuja voz não pode ser ouvida; sua crítica à intelectualidade que pretende falar em seu nome é ao fato de que “nenhum ato de resistência pode ocorrer em nome do subalterno sem que esse ato seja imbricado no discurso hegemônico”. Nesse caso, o subalterno permanece silenciado e aparece como constituição de mais um “outro”, uma classificação essencialista que acaba por não incorporar a noção de *différance* ou hibridismo. Para a autora, não só o subalterno não pode falar como também o intelectual pós-colonial não pode fazer isso por ele (ALMEIDA, 2010, p.12).

Chakrabarty argumentou contra aqueles que deslegitimaram a importância dos Estudos Subalternos através da crítica às suas influências pós-estruturalistas ou atacando a validade de suas contribuições.¹⁹ O autor sustenta que as teorias subalternas jamais se configuraram como uma simples reprodução ou cópia das tradições inglesas que propõem uma História Vista de Baixo.²⁰ Ainda que possam ser apontadas semelhanças e influências entre as duas abordagens, foi a interpretação subalterna que teve maior viés de ruptura – inclusive, critica determinadas concepções de Karl Marx. Para estruturar sua argumentação

¹⁹ Luciana Ballestrin argumenta que vários pensadores marxistas expressaram críticas aos estudos subalternos devido às influências pós-estruturalistas. Um exemplo disso é o historiador turco Arif Dirlik, que foi alvo de críticas por parte de Chakrabarty em seu artigo intitulado “Una pequeña historia de los Estudios subalternos”, 2010.

²⁰ Corrente historiográfica que escreveu sobre os grupos que não são tradicionalmente considerados protagonistas na História. Teve como expoentes, entre outros nomes, E.Thompson, Christopher Hill e Natalie Zemon.

sobre esse caráter disruptivo, o autor indiano cita duas visões contrapostas sobre o colonialismo, comparando-as:

Nem a tese de Cambridge, que propõe uma visão ascética do nacionalismo indiano, nem a tese nacionalista- marxista- ou assimilada a uma agenda historiográfica nacionalista - que encobre os verdadeiros conflitos de ideias e de interesse entre os nacionalistas de elite e seus seguidores socialmente subordinados, eram respostas adequadas aos problemas da escrita da história pós-colonial na Índia e China em 1962, que fez o nacionalismo oficial soar vazio e eventualmente deu lugar a uma fascinação pelo maoísmo entre muitos jovens indianos urbanos educados (CHAKRABARTY, 2010, p.29).

Abordando com maior atenção às especificidades do caso indiano, apresentando paradigmas mais críticos do colonialismo e com o intuito primordial de projetar olhares históricos em que os subalternos ocupassem a posição de sujeitos, as teorias da subalternidade foram uma importante intervenção, centradas numa perspectiva antielitista da escrita da História, que se alinhou com um raciocínio histórico de movimentações mais alargadas em nome da democracia indiana.

1.3 Estudos Decoloniais

No que tange aos Estudos Decoloniais, Ballestrin afirma que estes têm sua origem ligada ao Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C). A respeito desse coletivo, pontua:

As origens do grupo M/C podem ser remontadas à década de 1990, nos Estados Unidos. Em 1992 – ano de reimpressão do texto hoje clássico de Aníbal Quijano “*Colonialidad y modernidad-racionalidad*” – um grupo de intelectuais latino-americanos e americanistas que lá viviam fundou o Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos. Inspirado principalmente no Grupo Sul-Asiático dos Estudos Subalternos, o founding statement do grupo foi originalmente publicado em 1993 na revista *Boundary*, editada pela Duke University Press. Em 1998, Santiago Castro-Gómez traduziu o documento para o espanhol como “*Manifiesto inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos*”. A América Latina foi assim inserida no debate pós-colonial (BALLESTRIN, 2013, p. 94).

O trabalho desse grupo, assim como no caso indiano, partiu de diferentes matrizes disciplinares, mas agora para analisar questões relativas à América Latina. Nos textos que definem os parâmetros teóricos dessa iniciativa, vários dos temas considerados fundamentais por Ranajit Guha foram retomados pelos intelectuais decoloniais.

Em finais do século XX, a América Latina passava por um processo de mudanças em suas dinâmicas econômicas, políticas e culturais, sobretudo em razão do esfacelamento de regimes ditatoriais e dos processos de redemocratização. Castro Gómez, na leitura do *Manifiesto inaugural del Grupo Latinoamericano de Estudios Subalternos* apontou ainda

que havia novas vias de informação, criadas em decorrência dos meios comunicação em massa. Esse contexto, em que emergiram novas lógicas, foi propício para que novas epistemologias e categorias de pensamento surgissem, analisando sujeições históricas e pluralismos. Segundo Pablo Quintero, Patrícia Figueira e Paz Concha Elizalde, em trabalho conjunto:

Os estudos decoloniais compartilham um conjunto sistemático de enunciados teóricos que revisitam a questão do poder na modernidade. Esses procedimentos conceituais são: 1.A localização das origens da modernidade na conquista da América e no controle do Atlântico pela Europa, entre o final do século 15 e o início do 16, e não no Iluminismo ou na Revolução Industrial, como é comumente aceito; 2 .A ênfase especial na estruturação do poder por meio do colonialismo e das dinâmicas constitutivas do sistema -mundo moderno/ capitalista e em suas formas específicas de acumulação e de exploração em escala global; 3. A compreensão da modernidade como fenômeno planetário constituído por relações assimétricas de poder, e não como fenômeno simétrico produzido na Europa e posteriormente estendido ao resto do mundo; 4 . A assimetria das relações de poder entre a Europa e seus outros representa uma dimensão constitutiva da modernidade e, portanto, implica necessariamente a subalternização das práticas e subjetividades dos povos dominados; 5.A subalternização da maioria da população mundial se estabelece a partir de dois eixos estruturais baseados no controle do trabalho e no controle da intersubjetividade; 6. A designação do eurocentrismo/ocidentalismo como a forma específica de produção de conhecimento e subjetividades na modernidade (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 5).

Houve, mesmo com a inspiração nas teorias subalternas indianas, críticas feitas a estas. Walter Mignolo foi um dos autores a fazê-las, afirmando que não deveria haver um movimento de transposição ou mera reprodução.

Na ocasião, Mignolo denuncia o “imperialismo” dos estudos culturais, pós-coloniais e subalternos que não realizaram uma ruptura adequada com autores eurocêntricos. Para ele, o grupo dos latinos subalternos não deveria se espelhar na resposta indiana ao colonialismo, já que a trajetória da América Latina de dominação e resistência estava ela própria oculta no debate. A história do continente para o desenvolvimento do capitalismo mundial fora diferenciada, sendo a primeira a sofrer a violência do esquema colonial/imperial moderno. Além disso, os latino-americanos migrantes possuem outras relações de colonialidade por parte do novo império estadunidense – ele mesmo tendo sido uma colônia nas Américas (BALLESTRIN, 2013, p. 95-96).

Castro-Gómez e Mendieta colocam ainda que

Walter Mignolo aproveita também alguns elementos das teorias pós-coloniais para realizar uma crítica dos legados coloniais na América Latina. Mas, à diferença de Ileana Rodríguez e de outros membros do Grupo de Estudos Subalternos, Mignolo pensa que as teses de Ranajit Guha, Gayatri Spivak, Homi Bhabha e outros teóricos indianos não deveriam ser simplesmente assumidas e traduzidas para uma análise do caso latino-americano. Ecoando críticas anteriores de Vidal e Klor de Alva, Mignolo afirma que as teorias pós-coloniais têm seu lócus de enunciação nas heranças coloniais do império britânico e que é preciso, por isso, buscar uma

categorização crítica do ocidentalismo que tenha seu lócus na América Latina (CASTRO-GÓMEZ; MENDIETA, 1998, p. 17).

Por conta de divergências quanto à organização e às filiações teóricas, o grupo dos latinos subalternos se desagregou. Por meio de encontros posteriores entre os membros desagregados a partir de 1998, formou-se o grupo Modernidade/Colonialidade. Grosfoguel apontou duas razões principais para a dissolução supracitada:

(o)s latino-americanistas deram preferência epistemológica ao que chamaram os “quatro cavaleiros do Apocalipse”, ou seja, a Foucault, Derrida, Gramsci e Guha. Entre estes quatro, contam-se três pensadores eurocêntricos, fazendo dois deles (Derrida e Foucault) parte do cânone pós-estruturalista/pós-moderno ocidental. Apenas um, Ranajit Guha, é um pensador que pensa a partir do Sul. Ao preferirem pensadores ocidentais como principal instrumento teórico traíram o seu objetivo de produzir estudos subalternos. (...). Entre as muitas razões que conduziram à desagregação do Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, uma delas foi a que veio opor os que consideravam a subalternidade uma crítica pós-moderna (o que representa uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo) àqueles que a viam como uma crítica decolonial (o que representa uma crítica do eurocentrismo por parte dos saberes silenciados e subalternizados). Para todos nós que tomamos o partido da crítica decolonial, o diálogo com o Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos tornou evidente a necessidade de transcender epistemologicamente – ou seja, de decolonizar – a epistemologia e o cânone ocidentais (GROSFOGUEL, 2006, p.96).

O Grupo M/C foi se consolidando a partir de palestras, seminários, publicações e debates. Nesse sentido, Luciana Ballestrin elencou alguns eventos importantes acerca desse processo de consolidação, como o encontro apoiado pela CLACSO, realizado na Universidad Central de Venezuela em 1998; o Congresso Internacional em Binghamton (em 1998); o Simpósio internacional na Pontificia Universidad Javeriana (em 1999) e o lançamento de publicações coletivas mais importantes do M/C, reunidas na obra *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales* em 2000. Cada um desses reuniu intelectuais de diferentes áreas, que acabaram por se tornar representantes dos Estudos Decoloniais.²¹

Arthuro Escobar (2000), postula que o Grupo Modernidade/Colonialidade se configurou como um programa de investigação que abarca categorias de saber e pensamento específicas, conferindo ao grupo uma identidade particular, centrada na renovação analítica das ciências humanas e sociais. O grupo possui sua genealogia assentada em:

Teologia da Libertação desde os sessenta e setenta; os debates na filosofia e ciência social latino-americana sobre noções como filosofia da libertação e uma

²¹ Ballestrin elencou como principais nomes dos Estudos Decoloniais: Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Walter Dignolo, Immanuel Wallerstein, Santiago Castro-Gómez, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel, Edgardo Lander, Arthuro Escobar, Fernando Coronil, Catherine Walsh, Boaventura Santos e Zulma Palermo.

ciência social autônoma (por ex., Enrique Dussel, Rodolfo Kusch, Orlando Fals Borda, Pablo Gonzáles Casanova, Darcy Ribeiro); a teoria da dependência; os debates na América Latina sobre a modernidade e pós- modernidade dos oitenta, seguidos pelas discussões sobre hibridismo na antropologia, comunicação nos estudos culturais nos noventa; e, nos Estados Unidos, o grupo latino-americano de estudos subalternos. O grupo modernidade/colonialidade encontrou inspiração em um amplo número de fontes, desde as teorias críticas europeias e norte-americanas da modernidade até o grupo sul- asiático de estudos subalternos, a teoria feminista chicana, a teoria pós-colonial e a filosofia africana; assim mesmo, muitos de seus membros operaram em uma perspectiva modificada de sistema-mundo. Sua principal força orientadora, no entanto, é uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino- - americana, incluindo o conhecimento subalternizado dos grupos explorados e oprimidos (ESCOBAR, 2003, p. 53).

Um conceito fundamental e norteador dos estudos desse grupo foi o de *colonialidade do poder*, desenvolvido por Aníbal Quijano. Grosfoguel, no intento de explicitar esse o que esse conceito significa, considera que ele:

Exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo. O conceito possui uma dupla pretensão. Por um lado, denuncia “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais (GROSFOGUEL, 2006, p. 126).

Observando essas relações advindas da colonialidade do poder, Walter Mignolo (2017) propôs uma expansão do conceito para outros âmbitos, sugerindo que esse poder é uma estrutura matricial com tripla dimensão, explícita em colonialidade do saber, poder e ser, expressas no controle da economia, do gênero, do conhecimento, dos espaços, na instrumentalização da ideia raça e assim por diante:

E mais do que isso: a colonialidade é o lado obscuro e necessário da modernidade; é a sua parte indissociavelmente constitutiva. É precisamente desse diagnóstico – elaborado especialmente por Quijano, Wallerstein e Mignolo – que deriva o nome do grupo (BALLESTRIN, 2013, p.100).

Esse conjunto de pressupostos se expressou no termo decolonialidade ou descolonialidade. Acerca dos termos e seu significado:

Não há consenso quanto ao uso do conceito decolonial/descolonial, ambas as formas se referem à dissolução das estruturas de dominação e exploração configuradas pela colonialidade e ao desmantelamento de seus principais dispositivos. Aníbal Quijano, entre outros, prefere referir-se à *descolonialidad*, enquanto a maior parte dos autores utiliza a ideia de *decolonialidad*. Segundo Catherine Walsh, a supressão do “s” não significa a adoção de um anglicismo, mas a introdução de uma diferença no “des” castelhano, pois não se pretende apenas

desarmar ou desfazer o colonial (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 4)

Passada essa contextualização quero, nos próximo tópico, elencar as particularidades de uso dos prismas antieurocentrados e o porquê julgo pertinente aplicá-los na medievística.

2. Particularidades de aplicação do norte teórico

No tópico anterior, abordei como surgiram e se consolidaram as perspectivas que são nortes teóricos deste trabalho. Aqui, meu intuito é discorrer sobre algumas particularidades levadas em consideração para definir os Estudos pós- coloniais, Subalternos e Decoloniais como antieurocêntricos e utilizá-los de forma simultânea. A partir do percurso histórico analisado, notamos semelhanças e diferenças nessas abordagens supracitadas. A título de maior rigor, retomarei algumas delas.

Não é incomum encontrar confusões entre o pós- colonialismo, a subalternidade e decolonialidade. Embora boa parte dos autores coloque o argumento decolonial como uma radicalização dos outros dois, é essencial diferenciar essas correntes de pensamento: mesmo que possuam objetos similares de crítica, os autores pós-coloniais possuem maior influência do pós-estruturalismo e pós-modernismo; os subalternos, do marxismo nos moldes gramscianos e os decoloniais, do estruturalismo. Ainda acerca dessas divergências, cito Quintero, Figueira e Elizalde, que, analisando a escola de pensamento do M/C afirmam:

Em muitos casos, essa tendência em expansão conflui com outras tradições críticas que têm genealogias e interesses distintos, como os estudos subalternos e os estudos pós -coloniais. No entanto, apesar das semelhanças perceptíveis à primeira vista, é preciso diferenciar essas tendências. Costuma -se associar o nome de Edward Said (1935-2003) à fundação de ambos os conjuntos de crítica, mas, apesar da influência que o intelectual e ativista palestino exerceu sobre elas, Said nunca se ligou diretamente a suas produções, reconhecendo suas contribuições, mas mantendo suas próprias reflexões a uma distância prudente. Por um lado, os estudos subalternos inaugurados na Índia pelas pesquisas de Ranajit Guha, com forte influência do marxismo gramsciano, constituíram durante a década de 1980 uma importante contribuição para a crítica do eurocentrismo e das dinâmicas gerais do colonialismo (...)Os estudos pós -coloniais, por sua vez, são oriundos de importantes centros de produção acadêmica do chamado “primeiro mundo” e surgiram com uma forte influência do pós -modernismo e do pós -estruturalismo, mais focados, portanto, na análise do discurso e da textualidade. Com êxito editorial maior que o de outras correntes críticas nesses centros mundiais de enunciação, o pós -colonialismo teve, também desde os anos 1990, uma forte influência na produção intelectual periférica, sempre atenta ao discurso dominante (QUINTERO; FIGUEIRA; ELIZALDE, 2019, p. 5)

Cito essas diferenças para reafirmar que não as considero um impasse nem um impedimento para articular as três tendências teóricas supracitadas. Do contrário, penso que seu uso conjunto permite ainda mais possibilidades.

Assim, centro-me nas semelhanças portadas, considerando esses vieses como formas de abordagem antieurocentradas porque forneceram importantes análises críticas em torno das lógicas eurocêntricas, dos colonialismos, além de promover releituras das sujeições históricas e concepções hegemônicas da Modernidade. Em outras palavras, buscaram romper com o eurocentrismo enquanto *locus* epistêmico estruturador de um modelo de conhecimento e observação da realidade que coloca como universal as experiências históricas do continente europeu, colocando-o como arquétipo a ser seguido, ao passo que deslegitima outras epistemes e formas de compreensão da realidade.

No que tange ao campo da medievística, defendo a aplicação das perspectivas pós-coloniais, subalternas e decoloniais porque as abordagens sobre o Medieval - sobretudo em razão do contexto de institucionalização dos Estudos Medievais - são perpassadas pelo eurocentrismo e pela colonialidade. Sendo assim, esses prismas podem corroborar com uma representação mais plural do período, que considere outras formas de ser, saber, poder e sujeições. Aqui, não se parte do pressuposto de que o período mediévíco foi pós-colonial, muito menos de que essas categorias de pensamento estavam presentes lá. O que se considera, então, é que a abordagem antieurocentrada possui potencial para uma releitura das teorias presentes no campo da medievística, bem como das tradições historiográficas que carregam uma ideia homogeneizante da Idade Média.

De início, vale ressaltar que não existe consenso quanto ao uso dessas novas perspectivas teóricas. Muitas objeções apontam para um suposto anacronismo e para uma suposta inadequação teórica na aplicação de formulações pós-coloniais, subalternas e decoloniais em mundos pré-modernos, já que essas partiriam de uma crítica à Modernidade.

Discordo frontalmente desse argumento de que há incompatibilidade. Afinal, sendo a Idade Média um passado colonizado, na pretensão de torná-lo mais plural, é essencial fraturar epistemologicamente esse arranjo. O uso dos nortes teóricos antieurocentrados promoveu importantes transmutações epistemológicas, teóricas e políticas no campo das Ciências Humanas e Sociais, que deixam evidente seu potencial de contestação: como visto, em seu percurso suscitaram debates e pesquisas que problematizam, revisitam e revisam postulados históricos hegemônicos, objetivando confrontar e superar a colonialidade manifestada nas esferas de poder, saber, ser, nas espacialidades e no gênero.

Acredito, ainda, partindo do pressuposto de que a teoria não é estática, que é ela quem deve se adaptar ao objeto de estudo e não o contrário. Dadas as devidas proporções e deixando claros os caminhos tomados e parâmetros considerados, transpor análises teóricas de um período para o outro não representa uma ação descuidada, mas uma iniciativa de inaugurar novas representações e imagens, que considera o conhecimento como mutável. Como afirma Rosa Maria Godoy:

A concepção de Conhecimento (Histórico) mudou; não é mais considerado como fixo/ permanente, (...) o conhecimento muda com as transformações no tempo histórico (...) é o ser humano que o produz, a partir de seu lugar social: para haver conhecimento, é preciso que ele passe por dentro dos indivíduos (...), deixando de ser externo e reprodutivista e passando a ser uma construção (PARAÍBA, 2010, p. 18)

Uma observação mais cautelosa acerca da História e seus objetos deixa claro que já agimos assim frequentemente. Realizamos, a todo momento, operações nas quais se utiliza um conceito de uma época para estudar outra. Ao defender a aplicação do antieurocentrismo, parto do argumento de José d'Assunção Barros de que, sim, o anacronismo é um erro histórico, mas também:

Não é menos danosa a recaída no exagero de que se entrincheira no outro extremo, uma espécie de “fobia ao anacronismo” que pode levar o historiador a rejeitar o uso pertinente de categorias de análise desenvolvidas em sua própria época sob a alegação de que tais categorias não existiam no passado (BARROS, 2017, p. 52).

Mais ainda:

Uma coisa é se deixar enredar no vício do anacronismo, e projetar categorias de pensamento dos homens de uma época, ou do próprio historiador, nos seres humanos de outro tempo e localidade, que se movimentavam e viviam a partir dos seus próprios padrões de pensamento e sensibilidade, e que possuíam os seus próprios referenciais de mundo e tábuas de valores (que obviamente precisam ser compreendidos pelo historiador que desenvolve a análise). Outra coisa é se deixar atolar pelo imobilismo que pode ser gerado pela insistência em trabalhar exclusivamente “ao nível das fontes” (como se tal fosse possível), rejeitando o uso das “categorias do historiador” ou de seus recursos analíticos sob alegação de que estes seriam anacrônicos. Esta outra ingenuidade, que poderemos denominar “fobia ao anacronismo”, é quase tão danosa quanto o anacronismo (BARROS, 2017, p. 52-53).

Ora, utiliza-se hoje, por exemplo, alguns conceitos como gênero, sexualidade e feudalismo - estruturados depois do período medieval - para estudar a Idade Média, havendo

trabalhos com projeção e reconhecimento sobre os três temas. Há outros exemplos que Barros cita:

Os conceitos de modo de produção, crise econômica, colonialismo, luta de classes, mentalidades, estrutura, sistema, podem ser perfeitamente utilizados para a análise de sociedades diversificadas, inclusive nas épocas em que ainda não se usavam essas expressões. É preciso não confundir o uso deste tipo de conceitos- aqueles que se estabelecem “ao nível do historiador”, legitimamente, como instrumentos adequados de análise- com aqueles outros conceitos que podem ser empregados “anacronicamente” em vista de os projetarmos indevidamente nos modos de pensar de pessoas de uma outra época (BARROS, 2017, p. 54).

Nesse sentido, usufruir de novos pontos de vista a partir dessas operações pode quebrar o isolamento e rigidez teóricos, presentificando o Medievalo, abordando-o como um tempo complexo e não somente velho, morto e estático. Ademais, como escreve Simon Gaunt (2009), pode fraturar a ideia de Idade Média como uma outridade homogênea.

Partirmos da premissa, já citada anteriormente, de que a medievística foi epistemologicamente colonizada, sobretudo em função do seu contexto de institucionalização. Portanto, é pertinente utilizar interpretações que desfiguram colonialidades históricas, sendo as perspectivas antieurocentradas ângulos teóricos mais diretos para isso. Como defende Bruce Holsinger (2002), os Estudos Medievais estão não somente em uma posição de usar os estudos pós- coloniais, como também numa posição de criticar e modificar estudos e outras vias teóricas. Em consonância com Holsinger, Nadia Altschul (2021) também defende essa assertiva, postulando que os medievalistas têm muito a aprender com a teoria pós-colonial e que teóricos pós-coloniais também podem aprender mais sobre a História e outros campos de saber a partir de uma visão mais bem localizada e estruturada sobre o passado.

Já é possível constatar a existência de produções com essa iniciativa. Os debates em torno da temática começaram a ocorrer em décadas mais recentes, sobretudo a partir dos anos 2000 e mais estruturados em torno da teoria pós-colonial. Num trabalho profícuo sobre essa correlação entre Idade Média e pós-colonialidade, Simon Gaunt (2009) cita intelectuais - e suas respectivas obras - que obtiveram destaque ao estabelecê-la. São exemplos disso Jeffrey Jerome Cohen (2000), Geraldine Heng (2003), Sylvia Huot (2007), Patricia Clare Ingham e Michelle Warren (2003), Ananya Jahanara Kabir e Deanne Williams (2005), Sharon Kinoshita (2006), Karla Malette (2005), Michael Uebel (2005) e David Wallace (2004).

Gaunt aponta que as ideias apresentadas por essas obras não são um consenso entre medievistas. Dessa forma, investigações centradas na defesa de uma Idade Média pós-colonial estão envolvidas numa complexa disputa por legitimação, que envolve uma série de nuances a serem consideradas. O que precisamos pontuar, então, é que esse percurso de produção das décadas recentes não foi e não é linear ou simples.

Holsinger (2002) afirma que muitos medievalistas, de diferentes especialidades, já têm se inspirado fortemente no pós-colonialismo, mas que ainda precisamos encarar um significativo caminho para ter mais impacto na metodologia, na perspectiva histórica e léxica teórica dos estudos pós-coloniais. Afinal, permanece a forte ideia de que esses estudos só podem se traduzir para as lógicas temporais, espaciais e epistêmicas da Modernidade. O autor considera, por outro lado, um contra-argumento frequente: o de que nós, medievalistas, não devemos assumir uma postura de exílio disciplinar, sendo interessante repensar as fronteiras da nossa área de pesquisa e as argumentações e conhecimentos que usamos como base para estruturar nossas teses.

Para Holsinger, nós já recorremos a vários instrumentos teóricos e historiográficos para explicar a Idade Média e contestar, inclusive, pressupostos universais sobre linguagem, identidade e religião. Então, aplicar o pós-colonialismo como agente de revisão proporia novas formas de pensar, desafiaria privilégios institucionais dos conhecimentos teóricos e confrontaria o próprio caráter ontológico da teoria como um campo passível de críticas e revisitações. Na ótica de Holsinger, seria profícuo empregar esse prisma antieurocentrado para repensar criticamente as genealogias intelectuais e matrizes curriculares da medievística, para além de narrativas restritivas e para que haja uma abertura de significados.

É importante destacar que essa sugestão de uso não pretende ser descuidada ou feita sem meticulosidade. Pelo contrário, a leitura dos trabalhos de Holsinger e Gaunt nos fazem ter atenção para a necessidade de tratar a temática com responsabilidade ética e crítica. Cabe sempre justificar nossas escolhas teóricas, visando não abordar o passado medieval como um mero espelho das nossas concepções, e sim como um tempo problematizável e plural, cuja complexidade abarca múltiplas formas de análise.

CAPÍTULO III - CONSTRUINDO UMA IMAGEM ANTIEUROCENTRADA DA IDADE MÉDIA

No gesto coletivo de ensinar e aprender, a resistência de instaura na forma de encruzilhada, que é gesto, é potência, é confluência de caminhos, de estratégias (...), reivindicando os “saberes de fresta”, mostra que nem tudo está perdido. Depende de nós resgatarmos, como os maribondos de Exu, as potências do que foi visto como pequenino, atearmos fogo no paiol colonial, que não apenas alimenta a casa grande, como lança nosso povo na fome ancestral.

1. Desestabilizando abordagens tradicionais

Nos capítulos anteriores, me centrei em abordar a trajetória histórica do conceito historiográfico da Idade Média, tracei também um breve panorama histórico do surgimento e consolidação dos prismas antieurocentrados e explicitarei como esses tem se relacionado com a medievística. Nessa análise, observamos o aspecto cambiante das noções e ideias a respeito do Medievo, tendo em vista que o período foi abordado com conotações negativas, romantizadas, passou por complexificações, foi instrumentalizado, apropriado e que debates recentes acerca da necessidade de narrativas mais plurais tem se desenvolvido.

Passado esse percurso, afinal, como efetivamente construir a imagem de uma Idade Média não-eurocentrada? Para que isso ocorra, considero fundamental desestabilizar epistemologicamente abordagens homogêneas, universalizantes e coloniais que se incrustam na linguagem, na forma de pensar, nas espacialidades, nas abordagens sobre gênero e raça.²² Nesse capítulo, a partir de uma intersecção entre referências pós-coloniais, subalternas e decoloniais, na qual utilizo conjuntamente as considerações desses vieses teóricos para pensar Outros Medievos, discorro de maneira mais detalhada sobre como pode ser feita essa desestabilização.

2. Por Outros Medievos

Refletir sobre a linguagem é um processo de extrema importância quando se trata de construir uma abordagem antieurocentrada. Para Jeffrey Jerome Cohen (2000), repensar as palavras-chave dos discursos contidos no pós-colonialismo e na medievística é essencial para ampliar nossos conhecimentos e estabelecer novas abordagens que correlacionem as duas áreas. O autor escreve, inclusive, que teóricos pós-coloniais e medievistas já têm revisitado

²² Na parte introdutória do trabalho, explico como essas dimensões se ligam ao Eurocentrismo.

juntos alguns conceitos – são os casos de raça, localização, nação, espiritualidade, retórica e tantas outros.

A partir de Luiz Rufino (2019), entendemos que a colonialidade, que se manifesta nos âmbitos epistemológico e linguístico, submete-nos a parâmetros eurocentrados de compreensão do mundo, fundamentados em concepções universalizantes. Em *Convergência*, Muniz Sodré (2017) acrescenta que esse aspecto colonial incrustado na linguagem influencia a autenticidade do pensamento, e que esta é atestada pelo que se formulou nas “línguas maiores do continente europeu”. Assim, se quisermos de fato firmar uma perspectiva antieurocentrada, precisaremos de novos conceitos que possibilitem formas não-hegemônicas de análise, pensamento e escrita. Além disso, esse esforço deve vir acompanhado do estudo sobre o Medieval em outras tradições linguísticas e literárias que abordem o período, seus processos e particularidades, alicerçados em epistemes diversas. Com isso, me refiro à leitura de produção acadêmica a respeito da Idade Média feita em outros idiomas que não aqueles ditados pela geopolítica do conhecimento – nomeadamente, o inglês e o francês.

Vale ressaltar que as propostas supracitadas devem trazer consigo estímulos para uma descentralização dos conhecimentos produzidos pelo Ocidente, ainda que não signifiquem uma total rejeição destes. Como discorre Maldonado-Torres (2007), o pensamento ocidental legitima um raciocínio baseado no racionalismo cartesiano, no qual há validação de uma única forma de pensar, determinante de sujeições históricas. Acerca dessa conjuntura, Sanjay Seth aponta que, para se afastar desse caráter universalizante, a História deve elencar diferentes tradições de raciocínio, nos permitindo analisar melhor os passados distantes dos nossos - sobretudo os não ocidentais. Isso porque

Nós, modernos, estamos acostumados a acreditar que somente o Ocidente desenvolveu uma tradição de historiografia, enquanto que a maioria das culturas teria mitos épicos e lendas no lugar da escrita da história. Assim, a despeito do fato de que cada pessoa tem uma história, essa história poderia ser narrada nos termos de uma historiografia racional capaz de redescrever o passado em termos alheios àqueles que estiveram presentes nesse passado, tratando as suas próprias formas mitológicas e épicas de registrar e de se relacionar com ele como, na melhor das hipóteses, matérias-primas não confiáveis na sua reconstrução (SETH, 2013, p. 173).

Cohen defende também a importância de repensar a História e seu caráter efetivo, isto é, de verdades universais, pois a “aparente naturalidade da “verdade” pode ser um efeito de acumulação de atos de poder, especialmente de caráter colonialista” (2000, p.8). Esse caráter efetivo intervém na disciplinarização do conhecimento e pode, quando repensado, desfazer sua sedimentação.

Para que isso ocorra, cabe considerar criticamente a genealogia das matrizes curriculares, refletindo também sobre os lugares epistêmicos na produção das teorias. Ana Carolina Barbosa Pereira (2018) argumenta que há uma constante mudança na bibliografia, objetivos e metodologias dos planos curriculares. Por isso, devemos nos atentar à geopolítica da produção de conhecimento, sobretudo quanto à formulação de modelos teóricos. Para Pereira, importamos muitos referenciais europeus e estadunidenses, chegando até mesmo à imitação acrítica desses modelos quando estudamos Teoria da História, e pouco refletimos sobre como e o porquê essas referências se tornaram cânones. A autora escreve:

O que está em questão, portanto, é a urgência em extrapolar a categoria de lugar social dos historiadores e de considerar a existência de um a priori epistêmico que antecede, regula e condiciona. Esse a priori epistêmico é geralmente imperceptível e contestá-lo pode soar contra o “bom senso”, pois ao mesmo tempo em que funda, também retroalimenta um conjunto de textos que se torna de leitura e citação obrigatórias (PEREIRA, 2018, p. 90-91).

Essa é uma reflexão que considero fundamental quanto aos Estudos Medievais, tendo em vista que muitas das obras consideradas tradicionais e/ou fundamentais na área obtiveram esses *status* de cânones em razão de seu local de produção. Citamos, por exemplo, muito mais autores europeus e estadunidenses do que intelectuais asiáticos, latino-americanos e assim por diante. Pereira cita diversos exemplos no campo da Teoria da História para firmar suas considerações:

Em uma passagem reveladora, Raewyn Connell afirma que no Brasil e na Austrália tomou-se por hábito citar autores como Foucault, Bourdieu, Giddens, Beck ou Habermas, não por conhecermos profundamente a realidade de ambos os países. Nós os citamos, continua Connell, porque suas ideias, paradigmas e conceitos se tornaram referência nas universidades euro-americanas e nós fomos formados para receber instruções dessas instituições. Basta um breve exercício de memória para substituir os nomes mencionados por Connell por outros nomes da Teoria da História com os quais estamos familiarizados. Desnecessário dizer que o argumento não precisa qualquer alteração. Assim, não citamos Koselleck, Hartog, Rüsen, Hayden White, Paul Veyne, Frank Ankersmit, Paul Ricoeur, Michel de Certeau, o próprio Foucault, Chris Lorenz, dentre outros, por conhecerem a realidade brasileira como ninguém (...) Nós o fazemos, antes de tudo, por hábito (PEREIRA, 2018, p. 91).

Essa lógica evidencia que o conhecimento, além de estar vinculado às esferas de poder e dominação, também possui uma relação de dependência acadêmica das matrizes dominantes de saber para ser legitimado. Para combater isso, a autora sugere a crítica aos

cânones e às teorias universalistas, além da adoção de bibliografias mais amplas, advindas de diferentes tradições de pensamento, nos possibilitando um estudo mais plural, que

Se alimenta da noção de autonomia dos intelectuais como potencial de superação da dependência acadêmica no plano das ideias e, por consequência do que (...) já havia diagnosticado como mentalidade cativa e imperialismo intelectual. Nessa direção, a dependência acadêmica é algo que se resolve combatendo o eurocentrismo nos currículos, o que implica investir na criatividade, na valorização do conhecimento autóctone e na superação da dicotomia sujeito-objeto que restringe a posição de sujeito ao Ocidente, restando às demais realidades do globo a estrita condição de objeto (PEREIRA, 2018, p. 93).

Creio serem essas premissas fundamentais para reformularmos as matrizes curriculares na medievística, visando a pluralidade de referências e, conseqüentemente, de reflexões.

As alternativas antieurocentradas apresentadas até aqui devem ser conjugadas a um repensar das periodizações relativas ao Medievo. Como afirma Sergi (2001), periodizar é uma operação cultural orientada pelas compreensões que possuímos da História e que consiste em fragmentar o tempo em períodos mais ou menos longos, evocáveis de maneira suficientemente homogênea para a memória coletiva dos homens.

Mais do que demarcar temporalidades e delimitar quando começa e termina uma época histórica, periodizar influencia as nossas ideias sobre passados mais longínquos ou mais próximos. A forma como se nomeia os períodos históricos e o modo como se estabelecem rótulos temporais deixam evidentes o que um momento histórico pensa sobre outro que lhe é anterior.

Como nossas referências históricas são marcadas por aspectos coloniais e eurocentrados, nossas periodizações são colonizadas e eurocêntricas. Raramente estudamos, por exemplo, sobre o período de tempo correspondente ao Medievo com demarcações de tempo diferentes do que ficou estabelecido na divisão quadripartite, cunhada pela historiografia tradicional europeia.

Johannes Fabian (2013), afirma que a demarcação do tempo influencia na seleção dos objetos pertinentes de estudo e lugares sociais de protagonismo ou de subalternidade históricos, a partir do que se define como característico de cada época. Isso porque periodizações vem acompanhadas de domínios discursivos sobre o passado, substanciais para cunhar certas noções históricas. Em outras palavras, quando periodizamos, afirmando que existem modelos intrínsecos ao Medievo e a outras épocas, criam-se também locais e identidades ditos comuns, ao passo que surgem também outridades religiosas, temporais, espaciais e assim por diante.

Mais ainda, quando são feitas essas demarcações, percebemos que nomear é um ato de poder, e que o tempo não é mera construção cronológica. É, claramente, uma construção discursiva, histórica e sociopolítica que orienta nossos olhares, lançados para diferentes sujeitos com uma perspectiva universalizante e homogênea.

Numa ponderação sobre a necessidade de pluralizar nossos olhares acerca de sujeitos invisibilizados pela narrativa histórica por não atenderem aos parâmetros de inscrição na universalidade, Chakrabarty (2000) argumentou ser interessante observar os grupos humanos de qualquer espaço e época como nossos contemporâneos,²³ que também coexistem entre si, mesmo sendo cultural, política e economicamente diversos e tendo diferentes percepções de tempo. Essa reflexão sugere uma narrativa antieurocentrada do passado, pois foge de uma noção estritamente teleológica, linear e simplista do tempo histórico. Nas palavras de Cohen:

Inadequada para a tarefa de pensar os significados e traumas do passado, suas permanências no presente e no futuro. Quando a homogeneidade e os modelos de “desenvolvimento” hierarquizantes ou progressivos são negados à história — ao passo em que sequências simples e lineares de causa e efeito são abandonadas por narrativas mais complicadas de heterogeneidade, sobreposição, sedimentação e multiplicidade — o próprio tempo se torna um problema para os estudos pós-coloniais, e o “meridiano” ou “meio” medieval se transforma em um instrumento útil para repensar o que o pós-colonial pode significar (COHEN, 2000, p. 3).

Conforme o autor escreve, na abordagem antieurocentrada compete desestabilizar identidades hegemônicas – sejam elas raciais, de gênero, ou religiosas – a partir do detalhamento de suas contingências históricas. Essa desestabilização é essencial para romper com essencialismos, característicos da abordagem colonial homogeneizante. Segundo discorre, tendo como base o eixo da sexualidade:

Anne McClintock argumentou que o nacionalismo constitui identidades de forma “frequentemente violenta e sempre genderizada”. Medievalistas têm demonstrado que essa violenta genderização da nação não é uma invenção recente. Historiadores da sexualidade vêm argumentando a relativa modernidade na divisa entre o “homossexual vs. heterossexual”. Medievalistas estão explorando como sexualidade e gênero podem ser construídos de outra maneira (como por exemplo, ao longo de um eixo “sexual vs. celibatário”), não a favor de re-estabelecer tais categorias, mas sim para tirar a sexualidade dos determinismos biológicos e dá-la ao futuro incerto e aberto que merece. Outras categorias de identidade que andam recebendo reconsiderações urgentes incluem: escravos, profissionais do sexo, trabalhadores, pessoas de etnia composta — até mesmo a própria identidade humana (COHEN, 2000, p. 4).

²³ Isso auxiliaria na adoção de uma perspectiva na qual presentificamos esses grupos e os enxergávamos como dotados de complexidades próprias.

Esse processo de desestabilização rompe com estereótipos impostos ao outro, relacionados com a colonialidade, que embasam discriminações e hierarquizações. Como pontuou Homi K. Bhabha,

Um aspecto importante do discurso colonial é sua dependência do conceito de fixidez na construção ideológica da alteridade. A fixidez, como signo da diferença cultural/ histórica/ racial no discurso do colonialismo, é um modo de representação paradoxal: conota rigidez e ordem imutável como também desordem, degeneração e repetição (...) Desse mesmo modo, o estereótipo, que é sua principal estratégia discursiva, é uma forma de conhecimento e identificação que vacila entre o que está sempre no lugar, já conhecido, e algo que deve ser ansiosamente repetido (BHABHA, 1998, p. 105).

Aníbal Quijano (2005) afirmou que é característico da perspectiva colonial apresentar explicações duais a respeito de diversas questões. As relações de gênero não se distanciam disso. É comum que a Idade Média seja abordada como um período em que homens tinham posição de destaque, ocupavam cargos de poder e eram protagonistas, enquanto cabia às mulheres posições de submissa e iletrada. Segundo Luciana Calado Deplagne, essa lógica binária de gênero da nos condiciona, por diversas vezes, a simplificar realidades socioculturais e a ignorar formas de interação não hierarquizadas entre homens e mulheres. Para a autora:

O conhecimento, é indissociável da perspectiva adotada pelo pesquisador/a e do interesse que move suas investigações. Revela-se, portanto, fundamental observar a perspectiva adotada nos estudos sobre o papel da mulher e as relações de gênero ao longo do tempo, para não cairmos em armadilhas da neutralidade ideológica de estudos científicos. Observar o “lugar de fala” do pesquisador/a pode auxiliar na compreensão do que se deve esperar dos resulta os divulgados, bem como do grau de inovação, adquirido a partir de tal conhecimento, capaz de intervir na construção de outras narrativas sobre o passado (DEPLAGNE, 2019, p. 30).

Em outras palavras, podemos dizer que houve e que há diferentes perspectivas possíveis para discorrer sobre mulheres na História e o modo como seus lugares sociais influenciaram as sociedades. Com o avanço dos Estudos de Gênero, algumas revisões têm sido feitas no intuito de oferecer uma visão mais ampla sobre essa questão. Segundo Joan Scott,

o termo gênero faz parte de uma tentativa empreendida pelas feministas contemporâneas para reivindicar um certo terreno de definição, para sublinhar a incapacidade das teorias existentes e para explicar as persistentes desigualdades entre mulheres e homens (SCOTT, 1995, p. 85)

Para ela, o gênero seria um elemento estruturante das relações sociais a partir das diferenças visíveis entre os sexos e também uma forma de dar significação às relações de poder.

O atual desafio desse campo de estudos, segundo aponta Deplagne, é superar o uso dessas lentes que ainda refletem uma lógica binária de protagonismo masculino e opressão feminina quando se pensa no Medievo. Para estruturar uma visão antieurocentrada da Idade Média, é essencial então desestabilizar essa ideia de hegemonia masculina, ressaltando atuações e resistências femininas. Para que isso ocorra, a autora sugere que se revise as fontes do período e que se produzam pesquisas numa perspectiva decolonial, ressaltando a agência de mulheres na ciência, na mística, na literatura, na religião e nos diversos campos de saber. Afirma, ainda, que devemos incluir escritos de mulheres medievais nas matrizes curriculares, a fim de que sejam entendidas como sujeitos históricos complexos e de projeção na época em que viveram.

No que concerne à desestabilização de identidades raciais, é preciso considerar que a historiografia colonial e eurocentrada perpetuou a ideia de uma Idade Média homogênea em diversos aspectos, inclusive no que diz respeito à raça. Aqui, rejeito uma definição biológica para raça, e adoto uma perspectiva sociológica, na qual, segundo Antônio Sérgio Guimarães (2003), “raças” são “discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, etc”.

Não é raro nos depararmos com uma certa surpresa quando se discorre sobre pessoas negras e amarelas no Medievo e se sustenta que o período não é exclusivamente composto por pessoas brancas. Pensando em romper com esse estranhamento, muito se tem discutido a respeito da necessidade de estudar raça na Idade Média. O intuito é revisar narrativas que se contraponham à premissa de um período mediévico habitado apenas por brancos. Mas afinal, como propor uma abordagem nesse sentido? Exponho alguns argumentos para responder essa questão.

O continente europeu não estava isolado durante o Medievo. Várias rotas por onde circulavam bens, pessoas e cosmovisões, como a Rota da Seda, por exemplo, ligavam diferentes territórios e promoviam contatos.

Lila Abu-Lughod (1989) pontua que as trocas comerciais entre meados dos séculos XIII e XIV eram muito intensas e que os europeus eram integrantes diretos dessas trocas, ocupando posição de horizontalidade com outros grupos e povos nessa grande malha. A atenção às conexões na Idade Média evidencia que nessas rotas conviviam diferentes fenótipos e essa é uma constatação importante para questionar a ideia de um Medievo

racialmente puro, tendo em vista que esses processos faziam diversas pessoas e espaços se encontrarem, permitindo o estabelecimento de relações entre as diferenças. Vale destacar, como afirma Robert Bartlett (2001), que a partir do ano 1000, também ocorreram iniciativas de conquista e colonização fora da Europa por parte da Cristandade, levando os latinos a se defrontarem com vários outros biotipos.

Outros três dados podem ser citados contra a suposição de que se desconhecia pessoas negras ou amarelas na Idade Média. Primeiro, os medievais dispunham de textos de seus antepassados gregos e romanos, registrando suas impressões sobre indivíduos de várias compleições, como Hipócrates, por exemplo. Deve-se levar em conta que Grécia e Roma expandiram, negociaram e se aliaram com outras regiões, levando-os a se depararem com outras fisionomias.

Segundo, como afirma Lynn Ramey (2014) as Escrituras, embora pouco mencionassem a cor da pele, apresentava três personagens negros (ou que foram enegrecidos) que ocuparam o imaginário medieval: Kush,²⁴ a Rainha de Sabá²⁵ e a esposa etíope de Abraão. Terceiro, escritos cristãos antigos e tardo-antigos que serviram de referência aos autores medievais também veicularam personagens negros, como as obras de Paulino de Nola, Ambrósio de Milão, Éfrem de Nisibis e Isidoro de Sevilha.

Anderson Oliva (2008) pontua que a cor preta na Idade Média era associada à escuridão bíblica e à maldade, sendo também presente nas diversas representações do demônio. Desenvolveu-se também no período a teoria camita. Assim, caracterizavam-se os negros como perniciosos e ligados à corrupção carnal e ao pecado. Nesse sentido, percebemos mais uma vez que os negros não era de todo desconhecido, pois, do contrário, eram “objetos” de diversas narrativas e textos teológicos.

As informações, aqui postas, já explicitam que uma perspectiva racializada do Medievo é possível e muito pertinente. Assim, para prosseguir a reflexão, aponto que já há propostas para a aplicação do conceito de raça em Idade Média. Destaco as contribuições feitas por intelectuais como Thomas Hahn (2001), Robert Bartlett (2001), Lynn Ramey (2014), Geraldine Heng (2018) e Bruno Uchoa Borgongino (2021). A partir da leitura desses autores, compreendemos que o uso do conceito de raça deve ser feito considerando-a como categoria flexível, que opera no medievo com uma lógica divergente do mundo moderno.

²⁴ Filho de Cam, que deu origem aos etíopes.

²⁵ A Rainha de Sabá foi enegrecida em certo momento da Idade Média.

Considerando que mencionei aspectos relativos às lógicas do espaço, Cohen afirma que uma abordagem antieurocentrada da Idade Média deve descentralizar a Europa em termos geográficos, conceituais e historiográficos:

Uma Idade Média pós-colonial não possui delimitações, somente fronteiras com múltiplos centros. Essa geografia reconfigurada inclui a Ásia, África e o Oriente Médio não como regiões secundárias julgadas a partir de uma perspectiva europeia, nem como “fontes” para se traçar influência, mas sim como participantes em um mundo simultaneamente maior e mais fragmentado- um mundo de interseção, mutação, imensuráveis tempos e espaços. As supostas margens da Europa também devem ser repensadas, para que assim as geografias “periféricas” como as de Gales, Irlanda, Bretanha, Midi e Catalunha se tornem seus próprios centros (COHEN, 2000, p. 9-10).

Ao criticar as narrativas eurocentradas e defender a ampliação das análises históricas para além do continente europeu, que se tornou uma referência universalizante, Chakrabarty (2000) propõe a provincialização da Europa. Nela, questiona-se que os parâmetros europeus sejam aplicáveis para analisar toda e qualquer sociedade, ocidental ou não. A ideia não consiste em negar a importância histórica do continente, mas de dar relevo a outras perspectivas históricas para além de uma única forma de pensar. Assim, Chakrabarty salienta a importância de um olhar baseado na interculturalidade, isto é, que promova encontros entre diferentes formas de crer, pensar e produzir conhecimento. Dessa forma, pode-se trazer à tona narrativas outrora subalternizadas.

Nesse caminho, é também fundamental deslocar a dominação do cristianismo

Narrativas progressistas que falam de eras “pré-cristãs” e do “triunfo do cristianismo”, como se tal colonização fosse inevitável ou inerentemente desejável. Benedict Anderson minimizou notoriamente o nacionalismo na Idade Média ao descrever o cristianismo como uma identidade monolítica e transnacional, mas uma Idade Média “pós-cristã” significa um maior foco na heterogeneidade cristã, as maneiras pelas quais *Christianistas* diferencia-se em si mesma (COHEN, 2000, p. 9).

Cohen afirma que essa iniciativa significaria mais investigações direcionadas às culturas não- cristãs, como a judaica e islâmica. Analisaríamos tanto suas particularidades como também as relações entre essas diferentes matrizes religiosas, abandonando uma visão monolítica.

Com a exposição dessas sugestões interseccionadas, considero que o passado pode e deve ser visto de modo complexo, múltiplo e menos linear. Ressalto, portanto, que as correlações entre as perspectivas pós- coloniais, subalternas e decoloniais com a medievística representam uma iniciativa de “ajustar nossos sistemas de reconhecimento para

incluir todas as abordagens que agregam valor à nossa compreensão mais profunda sobre a Idade Média e sua presença contínua no mundo contemporâneo” (UTZ, 2019, p. 247). Mais ainda, acredito que esse percurso possui grande potencial para inaugurar formas de consciência histórica.

Como dito na introdução dessa pesquisa, esse conceito envolve representações sociais adquiridas coletivamente pelas sociedades, a partir de suas experiências no tempo e espaço. Levando em conta que nossa consciência histórica é fundamentada em interpretações coloniais e eurocêntricas do passado, narrativas que pluralizem as noções sobre a Idade Média possuem potencial para fraturar essas abordagens tradicionais fundamentadoras de discriminações, e podem, então, propor novas visões que caminham com ideais de tolerância, inserção e inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa pesquisa, discorri sobre percursos e possibilidades para abordar a Idade Média através de perspectivas antieurocêtricas. Em seu decurso, explorei a importância de revisitarmos os cânones, repensar a historiografia tradicional e seus aspectos discriminatórios, além da necessidade de considerar novos autores e diferentes abordagens no intuito de pluralizar o conhecimento histórico.

Ficou claro que a medievística, enquanto campo de estudos, é ainda influenciada por perspectivas dominantes, eurocentradas e coloniais, privilegiando contribuições intelectuais dos locais ditados pela geopolítica do conhecimento. Assim, novas formas de escrita e pensamento que rompem com essa lógica são fundamentais para surgirem diferentes compreensões sobre o passado histórico.

Ao incluirmos abordagens pós- coloniais, subalternas e decoloniais em nossas análises históricas, acessamos novas categorias de pensamento, diferentes pontos de vista e, por meio de uma maior complexificação, temos acesso a novos objetos de estudo e podemos explorar um repertório mais amplo de experiências no tempo e espaço, refletir sobre diferentes sujeições históricas e ampliar horizontes historiográficos. Em outras palavras, uma escrita histórica que intersecciona vieses antieurocêtricos nos possibilita também desafiar estereótipos, identidades hegemônicas e fraturar narrativas que perpetuaram discriminações para construir uma História mais plural.

Ampliando nossas perspectivas de abordagem e com elas a diversidade de intelectuais com os quais basearemos nossas pesquisas, poderemos inaugurar formas de consciência histórica e enriquecer nossa compreensão sobre passado e presente, enfrentando desafios da contemporaneidade de maneira mais sólida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABU-LUGHOD, Janet L. **Before European hegemony**. The World System A. D. 1250-1350. New York, Oxford: Oxford University, 1989.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

ALMEIDA, Sandra. Prefácio, In: SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

ALTSCHUL, Nadia R; AMARAL, Clínio; BERTARELLI, Maria Eugênia. “Apresentação do Dossiê: O que é o Neomedievalismo”. **Signum**, v. 22, n. 1, 2021.

ALVARO, Bruno Gonçalves; MOTA, Bruna Oliveira. Grandes Sertões do nordeste brasileiro: o horizonte dos estudos medievais nos programas de pós-graduação em história. In: AMARAL, Clínio; LISBÔA, João. (Org.). **A historiografia medieval no Brasil: de 1990 a 2017**. 1ª ed. Curitiba: Prismas, 2019.

AMIN, Samir. **Eurocentrismo: crítica de uma ideologia**. São Paulo: Lavra Palavra, 2021.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 89–117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>. Acesso em: 07/05/2023.

BARROS, José d’Assunção. **A construção da teoria nas ciências humanas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

_____. **Teoria e formação do historiador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017, p. 79.

BARTLETT, Robert. Medieval and modern concepts of race and ethnicity. **Journal of Medieval and Early Modern Studies**, v. 31, n. 1, p. 39-56, 2001. Disponível em: <https://research-repository.st-andrews.ac.uk/handle/10023/1869>. Acesso em: 07/05/2023.

BELCHIOR, Ygor Klain; COELHO, Ana Lucia Santos. A extrema-direita brasileira e sua visão (ideológica da cavalaria medieval. In: BUENO, André; BIRRO, Renan; BOY, Renato (orgs.). **Ensino de História Medieval e História Pública**. Rio de Janeiro: Sobre Ontens, UERJ, 2020, p. 12-18.

BENTO, Cida. Branqueamento e branquitude no Brasil In: **Psicologia social do racismo – estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras)** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. **Pacto da Branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BHABHA, Homi K. **O local da cultural**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BIDDICK, Kathleen. **The shock of medievalism**. Durham: Duke University Press, 1998.

BLAKE, Thomas. Getting medieval post-Charlottesville: medievalism and the alt-right. In: VALENCIA-GARCÍA, Louie Dean (eds.). **Far-right revisionism and the end of history**. Alt/histories. London, New York: Routledge, 2020.

BORGONGINO, Bruno Uchoa (org). **Para além do Ocidente cristão** [recurso eletrônico]: outras Idades Médias? Recife: Ed. UFPE, 2023.(Série Ars Historica).

_____. **O monge e o demônio etíope**: raça e discretio nas Collationes Patrum de João Cassiano (426-428). Revista Topoi (Rio de Janeiro) 22, 371-386, 2021.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (1998). “Introducción: la translocalización discursiva de Latinoamérica en tiempos de la globalización”. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago & MENDIETA, Eduardo (coords.). **Teorías sin disciplina**: latinoamericanismo, poscolonialidad y globalización en debate. México: Miguel Ángel Porrúa.

CHAKRABARTY, Dipesh. Una pequeña historia de los Estudios subalternos. In: SANDOVAL, Pablo (ed.). **Repensando la subalternidad**: miradas críticas desde/sobre América Latina. Lima: Enviación, 2010.

COHEN, Jeffrey Jerome. Midcolonial. In: **The postcolonial Middle Ages**. New York, Hampshire: Palgrave, 2000. p. 1-18 (Tradução de Lara Freire).

COSTA, J. B.;GROSFOGUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 15–24, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6077>. Acesso em 07/05/2023.

COSER, Miriam. Um novo conceito de Idade Média nas escolas. In: AMARAL, Clínio et al (orgs.). **Poder e práticas discursivas**. Seropédica: Editora Universitária UFRRJ, 2010, p. 170- 180.

DAGENAIS, John; GREER, Margaret Rich. Decolonizing the Middle Ages: introduction. **Journal of Medieval and Early Modern Studies**, v. 30, n. 3, p. 431-448, 2000. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/jmems/article/30/3/431/40534/Decolonizing-the-Middle-Ages-Introduction>. Acesso em: 07/05/2023.

DEPLAGNE, Luciana Calado. A contribuição dos escritos de mulheres medievais para um pensamento decolonial sobre Idade Média. **Signum**, 2019, vol. 20, n. 2. Disponível em: https://www.academia.edu/66864114/A_Contribui%C3%A7%C3%A3o_Dos_Escritos_De_Mulheres_Medievais_Para_Um_Pensamento_Decolonial_Sobre_Idade_M%C3%A9dia. Acesso em: 07/05/2023.

ELLIOT, Andrew B. R. A vile love affair: right wing nationalism and the Middle Ages. **The public medievalist**, 2017. Disponível em: <https://www.publicmedievalist.com/vile-love-affair/> . Acesso em: 07/05/2023.

ESCOBAR, Arturo. Mundos y conocimientos de otro modo: el programa de investigación modernidad/colonialidad latinoamericano. **Tabula Rasa**, 2003, n. 1, p. 58-86. Disponível em:

<https://www.revistatabularasa.org/numero01/mundos-y-conocimientos-de-otro-modo-el-programa-de-investigacion-de-modernidadcolonialidad-latinoamericano/>. Acesso em: 07/05/2023.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: Alexandre, Marcos A. (org.) **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

FABIAN, Johannes. O tempo e o outro emergente. In: **O tempo e o Outro: como a antropologia estabelece seu objeto**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 39-70.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: UFBA, 2008.

GAUNT, Simon. Can the Middle Ages Be Postcolonial?. **Comparative Literature**, v. 61, n. 2, p. 160-176, 2009. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/comparative-literature/article/61/2/160/7623/Can-the-Middle-Ages-Be-Postcolonial>. Acesso em: 02/03/2023.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com “raça” em sociologia. **Educação e pesquisa**, v. 29, n. 1, p. 93-107, 2003. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022003000100008&lng=pt&nrm=iso. acesso em: 16/04/2023.

GROSGOUEL, Ramon. Pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 80, p. 115-147, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/3428>. Acesso em: 17/02/2023.

JONES, Branwen (ed.). **Decolonizing international relations**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2006.

HAHN, Thomas. The difference the Middle Ages makes: color and race before the modern world. **Journal of Medieval and Early Modern Studies**, v. 31, n. 1, p. 1-37, 2001. Disponível em: <https://muse.jhu.edu/article/16479>. Acesso em: 12/01/2023.

HALL, Stuart. Quando foi o pós-colonial? Pensando no limite. In: HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HENG, Geraldine. **The invention of race in the european Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University, 2018.

HOLSINGER, Bruce. **Medieval Studies, Postcolonial Studies, and the Genealogies of Critique Speculum**. Medieval Academy of America. Vol. 77, No. 4 pp. 1195-1227, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3301217>. Acesso em: 12/01/2023.

HUOT, Sylvia. **Postcolonial Fictions in the Roman de Perceforest: Cultural Identities and Hybridities**. Cambridge: D.S. Brewer, 2007.

INGHAM, Patricia Clare; WARREN, Michelle R. (eds). **Postcolonial Moves: Medieval through Modern**. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

KABIR, Ananya Jahanara; WILLIAMS, Deanne, (eds). **Postcolonial Approaches to the European Middle Ages**: Translating Cultures. Cambridge: Cambridge UP, 2005.

KAUFMAN, Amy S.; SURTEVANT, Paul B. **The devil's historians**: how modern extremists abuse the medieval. Toronto: University of Toronto, 2020.

KINOSHITA, Sharon. **Medieval Boundaries**: Rethinking Difference in Old French Literature. Philadelphia: Pennsylvania UP, 2006.

LANDER, Edgardo (org.). **La colonialidad del saber**: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, 2000.

LOMUTO, Sierra. White nationalism and the ethics of medieval studies. **The Middle**, v. 5, 2016. Disponível em: <https://www.inthemedievalmiddle.com/2016/12/white-nationalism-and-ethics-of.html>. Acesso em 07/05/2023.

LOPES, A. M. H. Neocolonialismo na África. **Sankofa**: São Paulo, v. 4, n. 8, p. 12-21, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/sankofa/article/view/88804>. Acesso em: 18/04/2023.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGOUEL, Ramón (org.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

MALETTE, Karla. **The Kingdom of Sicily**: A Literary History. Philadelphia: Pennsylvania UP, 2005.

MATA, Inocência. Estudos pós-coloniais: desconstruindo genealogias eurocêntricas. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, p. 27-42, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/civitas/a/jxc4QhSqPW7xtDBWRPwczkj/?lang=pt>. Acesso em: 15/03/2023

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 94, jun. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=html#>. Acesso em: 15/03/2023.

NOGUEIRA, Carlos Alberto F. Os estudos medievais no Brasil de hoje. **Medievalismo**, n. 12, p. 291-298, 2002. Disponível em: <https://revistas.um.es/medievalismo/article/view/51411>. Acesso em: 18/02/2023.

RIBEIRO OLIVA, Anderson. **Da aethiopia à Africa**: as idéias de África, do medievo europeu à idade moderna. **Fênix - Revista de História e Estudos Culturais**, v. 5, n. 4, p. 1-20, 2008. Disponível em: <https://www.revistafenix.pro.br/revistafenix/article/view/83>. Acesso em: 18/02/2023.

OSÓRIO, Oswaldo. **Emergência da poesia em Amílcar Cabral** (30 poemas de Amílcar Cabral). Praia: Edição Grafedito, 1983.

P, Clements; ROBINSON, C.L. Living with Neomedievalism. In: K. Fugelso (Ed.). **Studies in Medievalism XIX: Defining Neomedievalism(s)**. Cambridge, UK: D.S. Brewer, 2010.

PACHÁ, Paulo. Why the Brazilian far right loves the European middle ages. **Pacific Standard**, 2019. Disponível em: <https://psmag.com/ideas/why-the-brazilian-far-right-is-obsessed-with-the-crusades>. Acesso em 07/05/2023.

PAPE, Silvia. Historiografía crítica. **Una reflexión teórica**. Mexico, D.F.: Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Azcapotzalco, 2001.

PARAÍBA, Governo do Estado da. Secretaria de Educação e Cultura. Gerência Executiva de Educação Infantil e Ensino Fundamental. **Referenciais Curriculares do Ensino Fundamental: Linguagens e Diversidade Sociocultural**. João Pessoa: SEC/Gafset, 2010. 392p.

PEREIRA, Ana Carolina Barbosa. Precisamos falar sobre o lugar epistêmico na Teoria da História. **Tempo e Argumento**, b. 10, n. 24, p. 88-114, 2018. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180310242018088>. Acesso em: 12/02/2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patrícia; ELIZALDE, Paz Concha. **Uma breve história dos estudos decoloniais**. Trad. Sérgio Molina e Rubia Goldoni. São Paulo: MASP Afterall, 2019.

RAMEY, Lynn T. **Black legacies**. Race and the European Middle Ages. Gainesville: University Press of Florida, 2014.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Editora Mórula, 2019.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**. Brasília: UNB, 2001.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*, v.20, n.2, p.71-99, 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 18/02/2023.

SERGI, Giuseppe. **La Edad Media: entre el sentido común y la práctica historiográfica**. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.

SETH, Sanjay. Razão ou raciocínio? Clio ou Shiva? **História da historiografia**, n; 11, p. 173-189, 2013. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/554>. Acesso em: 18/02/2023.

SILVA, Marcelo Cândido da. **História Medieval**. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, Priscila Elisabete da. O conceito de branquitude: reflexões para o campo de estudo. In: CARDOSO, Lourenço; MÜLLER, Tânia Mara Pedroso (orgs.) **Branquitude**: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017.

SILVEIRA, H. A. A. **Exunêutica**: construindo paradigmas para uma interpretação afro-religiosa. São Leopoldo: Faculdades Est, 2012.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

SYMES, Carol. The Middle Ages between nationalism and colonialism. **French Historical Studies**, 34(1), 37-46, 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/10186825/The_Middle_Ages_between_Nationalism_and_Colonialism. Acesso em: 08/03/2023.

TAMBURRI, PASCUAL. Prefácio. In: SERGI, Giuseppe. **La Edad Media**: entre el sentido común y la práctica historiográfica. Barcelona: Editorial Crítica, 2001.

UEBEL, Michael. **Ecstatic Transformation**: On the Uses of Alterity in the Middle Ages. New York: Palgrave, 2005.

UTZ, Richard. A Noção de Idade Média: Nossa Idade Média, Nós Mesmos. Roda da Fortuna. Revista Eletrônica sobre Antiguidade e Medieval, Vol. 8, n. 2, p. 237-248, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/43360495/A_No%C3%A7%C3%A3o_de_Idade_M%C3%A9dia_Nossa_Idade_M%C3%A9dia_N%C3%B3s_Mesmos_Translated_from_The_Notion_of_Middle_Ages_Our_Middle_Ages_Ourselves_. Acesso em: 02/01/2023.

WALLACE, DAVID. **Premodern Places**: Calais to Surinam, Chaucer to Aphra Benn. Oxford: Blackwell, 2004.

YOUNG, Helen. White Supremacists love the Middle Ages. **The medieval middle**, 2017. Disponível em: <https://www.inthemedievalmiddle.com/2017/08/white-supremacists-love-middle-ages.html> Acesso em 07/05/2023.